

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 40 - SETEMBRO 2019



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



APRESENTAÇÃO

A edição de setembro do *Boletim de Análise da Conjuntura* da Fundação Perseu Abramo chega no momento em que Bolsonaro radicaliza suas posições reacionárias, obscurantistas e de confronto aos direitos humanos para consolidar o apoio de seus fiéis eleitores. Com isso, provoca constrangimento na direita que apoiou o golpe.

A seção **Internacional** trata do discurso agressivo e preconceituoso do presidente brasileiro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, da abertura de processo de impeachment contra Donald Trump, das derrotas do conservador Boris Johnson na Inglaterra e do processo eleitoral na Áustria.

Os planos privatizantes do governo anunciados pelo ministro Paulo Guedes são o tema da seção **Estado**, bem como a intenção de criar um novo pacto federativo com o IVA Dual – novo nome da CPMF.

Em **Política e Opinião Pública** analisam-se as novas falas e discursos autoritários do presidente Jair Bolsonaro e as ações de censura da extrema-direita que marcaram o mês. Além disso, estão em foco a relação de controle do governo em relação a instituições como a Polícia Federal e a Receita Federal e, por fim, as mudanças nas regras eleitorais aprovadas pelo Congresso Nacional.

A crise das instituições que assola o Brasil é o tema da análise na seção **Judiciário**. Operação Lava Jato, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e o próprio governo estão entre os protagonistas desse processo.

O equívoco que faz o governo Bolsonaro comemorar a redução da taxa de homicídios no país em 2018 é elucidado em **Segurança Pública**. Os dados são assustadores e merecem um olhar mais atento para não gerar falsas conclusões e orientar políticas

erráticas, pois mais de 57 mil pessoas morreram de forma violenta no país.

Os últimos números do mercado de trabalho e a precarização que tem dado a tônica da “recuperação” da economia brasileira nos últimos anos, bem como a aprovação da Medida Provisória (MP) da “Liberdade Econômica”, agora lei 13.874/2019, estão no centro da análise **Social**.

Em **Economia**, dados já disponíveis sobre o nível de atividade neste terceiro trimestre de 2019 reafirmam o ritmo moroso que tem marcado o primeiro ano de governo Bolsonaro. Apesar de se ter observado uma melhora da economia na passagem do primeiro para o segundo trimestre do ano, os números setoriais indicam que houve uma nova desaceleração, especialmente puxada pelo fraco e preocupante desempenho da produção industrial.

Na análise da seção **Territorial**, o tema são as queimadas na Amazônia brasileira que chamaram a atenção do mundo, tiveram repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, bem como revelaram uma crise internacional em pleno início do governo Bolsonaro.

Em **Comunicação**, os principais temas noticiados sobre o Brasil em setembro na imprensa internacional, a reação das redes sociais on line à morte da menina Ághata e a repercussão do discurso de Bolsonaro na ONU nos principais grupos midiáticos brasileiros.

Por fim, apesar de o governo federal não dar mostras de alteração de rumo em seu desprezo pela democracia e pelos direitos dos cidadãos, a mobilização pública não se intensificou no mês de setembro, como mostra a análise de **Movimentos Sociais**.

INTERNACIONAL



Esta seção trata do discurso conservador, agressivo e preconceituoso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, da abertura de um processo de impeachment contra Donald Trump, da série de derrotas do Conservador Boris Johnson e do processo eleitoral na Áustria.

O discurso de Bolsonaro na ONU

Tradicionalmente o representante do Brasil é o primeiro a discursar na abertura da Assembleia Geral anual da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso não é uma regra escrita, mas um costume desde 1947 e teria sido adotado como uma espécie de compensação pela exclusão do grupo de membros permanentes do Conselho de Segurança. Esta era uma hipótese defendida pelo governo estadunidense quando Franklin Roosevelt era presidente e se debatiam os critérios para a fundação da organização. No entanto, o governo do presidente Harry Truman, que o sucedeu após sua morte, não manteve este apoio, e tanto a Inglaterra, quanto a União Soviética, também vetavam esta possibilidade, pois consideravam que o Brasil se alinharia automaticamente aos Estados Unidos no Conselho.

A opinião quase unânime de diplomatas estrangeiros sobre o discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia neste ano foi que ele não apenas perdeu a oportunidade de apontar para uma política externa mais moderada do que as declarações e medidas pontuais que o governo promoveu ao longo dos últimos nove meses como também queimou as pontes com os governos de direita mais moderados nos países desenvolvidos. Sua intervenção na ONU pouco se diferenciou do conteúdo conservador, estúpido e preconceituoso que marca seus comen-

tários feitos no dia a dia no Brasil e foi mais uma mensagem para agradar e aglutinar o setor social que o apoia.

Os absurdos de sua intervenção se destacaram, particularmente, em relação à Amazônia e ao meio ambiente, quando reiterou a teoria conspirativa sobre os interesses estrangeiros em relação às riquezas naturais, repetiu as afirmações soberanistas hipócritas que não são aplicadas quando se trata de sua relação com o governo estadunidense e criticou grosseiramente as lideranças indígenas, cuja ampla maioria não compartilha de sua visão destruidora da Amazônia.

Havia a expectativa de que algumas delegações poderiam se retirar do recinto no momento de seu discurso, em protesto, mas isso teria sido muito difícil, pois o segundo a discursar é sempre o representante dos Estados Unidos, normalmente seu presidente. Como, por razões de segurança, ninguém pode entrar no recinto ou sair meia hora antes da chegada deste, todos os que querem ouvi-lo permanecem durante a intervenção do representante brasileiro que, aliás, nos mandatos de Lula e Dilma, era sempre elogiada.

Quando o Palácio do Planalto confirmou a ida de Bolsonaro a Nova York, informou que ele teria um

jantar com o presidente Donald Trump, o qual não se realizou. O contato entre os dois limitou-se a um aperto de mãos no corredor e à declaração do presidente brasileiro de “I love you”. Por sinal, é bom que seus colegas mantenham distância dele, pois tem se revelado um tremendo “pé frio”, na política. Aqueles que ele apoia estão se dando mal. Salvini, na Itália, perdeu o governo. Netanyahu, em Israel, poderá deixar o cargo de primeiro-ministro. Mario Abdo, no Paraguai, tem que administrar uma CPI sobre as negociatas promovidas em Itaipu. Macri, na Argentina, vai perder a eleição neste mês. E Trump sofrerá um processo de impeachment.

Quem sabe, suas posições e retóricas escandalosas estejam contribuindo em alguma medida para o retorno de reflexões e políticas mais moderadas no cenário internacional.

Processo para impeachment de Trump

Donald Trump, do Partido Republicano, será alvo de investigação e possivelmente de um processo visando ao seu impeachment nos Estados Unidos. A presidenta da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, abriu na terça-feira, dia 24, inquérito formal para investigar se Trump cometeu crime ao pressionar o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, para levantar informações sobre Joe Biden, que é um dos nomes mais cotados para disputar a presidência pelos Democratas em 2020.

Na transcrição do áudio da conversa entre Trump e Zelensky, divulgada na quarta-feira, 25, o presidente estadunidense pede ao colega para ajudar a investigar, conjuntamente com Rudy Giuliani, advogado de Trump, e o procurador-geral William Barr, se Biden esteve envolvido no encerramento do inquérito sobre a empresa de gás ucraniana, onde seu filho, Hunter Biden, participava do conselho de administração. Essa ligação ocorreu logo após Trump congelar quatrocentos milhões de dólares de ajuda para a Ucrânia, dinheiro que já havia sido aprovado pelo Congresso.

A discussão sobre um possível impeachment de Trump não é nova e está presente nos debates políticos, praticamente, desde o começo do governo, pois o procurador especial, Robert Mueller, inves-

tigou por quase dois anos se o presidente e pessoas próximas tinham ligações com os hackers russos que invadiram computadores dos democratas durante a campanha eleitoral. No fim, não foram encontradas evidências suficientes para apontar a ligação entre Trump e a Rússia.

A queda de Trump por meio do impeachment é uma possibilidade remota. Para tanto, além do inquérito concluir que ele cometeu crime na ligação com Zelensky, o impeachment teria que passar pela Câmara, de maioria democrata, e pelo Senado, onde estaria o maior empecilho para a oposição, pois é composto por maioria republicana, e teria de ser aprovado com dois terços dos votos.

A estratégia dos democratas parece muito mais ser a de enfraquecer Trump para as eleições de 2020 do que retirá-lo do cargo efetivamente, uma vez que o vazamento do telefonema também colocou Joe Biden na berlinda. As pesquisas eleitorais divulgadas por meios de comunicação mostram um embate acirrado entre o republicano e os candidatos mais cotados dos democratas, Biden, Bernie Sanders e Elizabeth Warren, com uma vantagem desses últimos. Além disso, em pesquisa divulgada pelo canal de TV CBS, 55% dos estadunidenses são a favor do processo de impeachment.

Por outro lado, esse processo pode inflar ainda mais a base de Trump, que parece apostar no embate direto com a oposição, criando desde as investigações sobre sua ligação com a Rússia uma narrativa de “golpe” e “caça às bruxas”. Outra questão que pode ser prejudicial para os Democratas é que agora Biden deve explicações sobre o caso também, ou seja, o impeachment tomará boa parte da agenda na campanha eleitoral, principalmente, se ele for o candidato do partido.

A série de derrotas do conservador Boris Johnson

O Parlamento britânico retornou do recesso e para o início do mandato do conservador Boris Johnson como primeiro-ministro no dia 3 de setembro. Desde então, o debate foi conturbado, mas ele sofreu várias derrotas sobre a agenda do Brexit, que continua dividindo os partidos e a sociedade.

Johnson foi alçado ao cargo de primeiro-ministro

após a renúncia de Theresa May, que estava governando desde 2016 em substituição a David Cameron. Este deixou o cargo devido ao voto favorável ao rompimento da Inglaterra com a União Europeia no plebiscito daquele ano. Tanto May quanto Johnson colocaram como objetivo principal de seus governos concluir o Brexit. Entretanto, May, que pertence a uma ala do Partido Conservador que defende uma saída mais suave da União Europeia, tentou três vezes que o Parlamento britânico aprovasse um acordo negociado por ela com a Comissão Europeia e sempre foi rejeitado.

Já Johnson é da ala que defende uma saída pura e simples, inclusive sem nenhum acordo. Foi com essa plataforma que ele se tornou o líder dos conservadores e consequentemente o primeiro-ministro. Seu plano é que, ao chegar o dia 31 de outubro (prazo máximo para a saída), o Reino Unido se desligue completamente do bloco, provavelmente. Várias projeções apontam que uma saída assim, sem acordo de prazos, procedimentos e definição da nova relação comercial e aduaneira, iria prejudicar muito a economia britânica e até os cidadãos ingleses que vivem no continente.

Para tanto, Johnson tentou uma manobra com o aval da rainha Elizabeth II de fechar o Parlamento logo após seu retorno do recesso, do dia 10 de setembro até 14 de outubro. Com isso, os parlamentares teriam menos tempo para discutir e tentar barrar o Brexit sem o acordo.

Em resposta, o Parlamento fez várias manobras que derrotaram os planos de Johnson. A começar pela perda de maioria da coalizão governista quando o então parlamentar conservador, Phillip Lee, se filiou ao Liberal Democrata, e assim a coalizão governista perdeu a maioria parlamentar. Além disso, foram aprovadas duas leis, a primeira determinou que, sem um acordo para o Brexit, o prazo para o desligamento deve ser adiado por mais três meses. E a segunda barrou a realização de novas eleições em outubro, que poderiam ser uma possibilidade para Johnson e os conservadores obterem maioria parlamentar novamente. Para coroar, o irmão do primeiro-ministro, o ministro Jo Johnson, deixou o

governo e o seu cargo parlamentar, também por divergências sobre a condução do Brexit.

Não só o poder Legislativo foi contra Johnson. Duas semanas após o início do fechamento do Parlamento, o Judiciário decidiu, por unanimidade, que essa medida era ilegal, e com isso os parlamentares voltaram às atividades. A base da decisão da Suprema Corte foi o entendimento de que o recesso forçado impediria o Parlamento de discutir e decidir sobre os encaminhamentos em relação à saída da União Europeia.

Eleições parlamentares na Áustria

No dia 29 de setembro houve eleição para o parlamento austríaco devido à dissolução do governo no primeiro semestre. Este havia sido eleito em 2017 e levou a uma coalizão entre o Partido Popular da Áustria, de direita, liderado por Sebastian Kurz, que se tornou primeiro-ministro, e o Partido da Liberdade da Áustria, de extrema-direita, dirigido por Heinz-Christian Strache, que assumiu o cargo de vice-primeiro-ministro. No entanto, este foi filmado num hotel em Ibiza acertando contratos públicos com um investidor russo que teria apoiado financeiramente seu partido, e o governo caiu. Este escândalo se tornou conhecido como “Ibizagate”.

O resultado de domingo passado ampliou os votos do partido de Kurz para 37,1%, e a extrema-direita perdeu cerca de 10%, recebendo 16,1%. O Partido Social Democrata obteve 21,7%, em segundo lugar, mas recebeu 5% a menos do que em 2017. Os verdes cresceram cerca de 10%, de 3,8%, em 2017, para 13,5% agora, e outro partido liberal, o Neos, recebeu 7,8%.

Este último foi o único que se opôs à recente decisão do parlamento austríaco indicando ao governo rejeitar o acordo União Europeia–Mercosul quando tiver de decidir. Pelo resultado eleitoral do dia 29, esta posição não deverá mudar, embora não se conheça ainda qual coalizão Kurz irá propor para formar o novo governo. Aparentemente, o mais provável seria repetir a dose com a extrema-direita, que já possui um novo líder, ou compor com os verdes e o Neos. Com os social-democratas, parece ser difícil devido a divergências históricas.



Esta seção trata dos planos privatizantes do governo, anunciados pelo ministro Paulo Guedes, da intenção de criar um novo pacto federativo com o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual - a CPMF renomeada - e das reações do Congresso e da sociedade.

Privatizar todas as empresas estatais

O mês de setembro começou com uma longa entrevista do ministro da Economia, Paulo Guedes, ao *Valor Econômico*, na qual apontou os próximos objetivos do governo. "Vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos". E completou: "Eu quero privatizar todas as empresas estatais". Segundo ele, a ideia é fazer uma lista das empresas públicas a serem alienadas, que será submetida ao presidente da República. Aprovada, será enviada ao Tribunal de Contas da União e encaminhada ao Congresso, para aprovação de uma lei que autorize a inclusão dessas no Programa de Desestatização.

Também falou muito de um novo pacto federativo e de uma reforma tributária, que deverá criar o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual (novo nome da CPMF).

Além disso, afirmou que "o Estado brasileiro quebrou. Quebrou em todos os níveis, no federal, no estadual e no municipal"; que o pacto federativo "é a transformação do Estado brasileiro", cujo núcleo tem três dimensões: desobrigar, desindexar e desvincular as despesas dos três entes federativos. A moldura de tudo isso é o nosso programa 'Caminho para a Prosperidade"', diz ele.

Coroou a entrevista retirando o S, de Social, do BNDES: "Tenho que reconfigurá-lo para ser o BNDES

com o "S" de saneamento e não das empresas campeãs nacionais ou das parcerias com países estrangeiros de esquerda".

Setembro fechou com mais dois ministros reafirmando estes propósitos. Para uma plateia de investidores estrangeiros, durante evento em Nova York, na quinta-feira (26), o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, afirmou que o governo brasileiro pretende privatizar cerca de 350 das quatrocentas empresas estatais.

O governo federal tem atualmente, segundo o Ministério da Economia, 134 estatais, das quais 46 são de controle direto e 88 são subsidiárias da Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa, Correios e BNDES. Segundo ele, algumas privatizações serão feitas até a metade do mandato de Bolsonaro e a privatização dos Correios deve ser uma das maiores. "É interessante porque nos anos 1990 as pessoas criticavam que havia uma grande onda de privatização, mas ainda assim o país ficou com quatrocentas empresas estatais".

E no dia 27, em uma palestra na Câmara da Indústria, Comércio e Serviços (CIC) de Caxias do Sul, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, reforçou a política do governo e defendeu o plano de privatizações. Disse que deverão ser realizados leilões de rodovias, empresas de energia, comunicação, óleo e

aço e anunciou que, hoje, há 22 empresas estatais em processo de privatização. “Porque, Deus nos livre! Mas o dia que eles [se referindo ao PT] voltarem, eles não vão ter nada para parasitar, porque vai estar tudo vendido”, complementou.

No entanto, parece que estas declarações servem apenas para sinalizar ao “mercado” a sanha entreguista e o modelo econômico ultraconcentrador de renda e de riqueza, pois, como disse Lula ao GGN, “sem política não existe economia”.

Primeiro, foi a criação do IVA Dual, que recebeu duras reações. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foi um dos primeiros a reagir negativamente, seguido por parlamentares até da base do governo. Marcos Cintra foi, sumariamente, demitido da chefia da Receita Federal e até Bolsonaro teve de postar no Twitter que a recriação da CPMF ou um aumento da carga tributária estão, por determinação sua, descartados do projeto de reforma tributária que vem sendo elaborado pelo governo.

Segundo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, retirou, por enquanto, o debate sobre a privatização da Eletrobras da pauta da casa porque, segundo ele, 48 senadores do Norte e do Nordeste não apoiam o projeto. Ao mesmo tempo, rejeitou qualquer hipótese de ver aprovado um pedido de “fast track” para as privatizações, conforme anunciado por Paulo Guedes como um mecanismo que facilitaria as vendas de estatais, pois elas seriam autorizadas em bloco. “Será caso a caso”, sustentou o presidente do Senado.

Por fim, existe, para desgosto do governo, a sociedade. E a maioria da população brasileira, pelo menos ainda, não aceita estas teses. Pesquisa feita pelo Datafolha divulgada dia 10 de setembro mostra que dois em cada três brasileiros (67%) se opõem às privatizações; a maioria (60%) é contra privatizar os Correios. A privatização da Petrobras enfrenta maior oposição: 65% são contra a venda da empresa e até entre empresários a maioria é contra, 59%. Na parcela dos mais ricos, o índice de opositores também é de 59%. Inclusive entre dos eleitores de Bolsonaro, 56% são contra a venda da Petrobras. O cenário se repete quando se trata dos bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil: 65% são contra. E, da mesma for-

ma, entre os empresários, os mais ricos e os apoiadores de Bolsonaro, há uma porção majoritária que se opõe à venda dos bancos públicos.

Além disso, o movimento sindical também se prepara para enfrentar e resistir ao desmanche. Os trabalhadores dos Correios já ensaiaram uma greve e os petroleiros estão em processo de mobilização, preocupando o governo, que, inclusive, infiltrou agentes para acompanhar os movimentos da categoria.

Reforma da Previdência

A votação em primeiro turno da PEC 6/2019 da reforma da Previdência ocorreu dia 1º de outubro. Ela estava marcada para 24 de setembro, mas foi adiada pela crise gerada pelo líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), cujo gabinete foi alvo de busca e apreensão, e pela convocação de uma sessão extraordinária do Congresso para que fossem votados os projetos de crédito suplementar para garantir o pagamento de emendas parlamentares prometidas pelo governo em troca de votos favoráveis à reforma.

A proposta ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para que seja votado o relatório do senador Tasso Jereissati, com a análise das 77 emendas apresentadas. Ele acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e rejeitou emendas com temas ligados a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais para grupos específicos.

Senadores como Paulo Paim e Eliziane Gama já declararam que vão tentar aprovar destaques ao texto durante a discussão no Plenário. Estes tratam das restrições ao abono salarial, do benefício pago a quem ganha menos de dois salários mínimos e tem pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep. O texto da reforma assegura o direito apenas a quem tiver renda mensal igual ou menor que 1.364,43 reais.

A previsão da votação em segundo turno segue o prazo de 10 de outubro.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Os temas desta seção são as novas falas e discursos autoritários do presidente Jair Bolsonaro e as ações de censura da extrema-direita que marcaram o mês de setembro. E também a relação de controle do governo em relação a instituições como a Polícia Federal e a Receita Federal. Por fim, traz as mudanças nas regras eleitorais aprovadas pelo Congresso Nacional e uma análise sobre a mais recente pesquisa Datafolha sobre o bolsonarismo.

Autoritarismo, censura e ataque aos Direitos Humanos

Mesmo em um mês em que ficou afastado por cerca de dez dias, para se submeter a uma nova operação, desta vez para reparar uma hérnia no abdômen decorrente das cirurgias realizadas devido à facada, Jair Bolsonaro não deixou de ser foco de inúmeras polêmicas e continuou protagonizando debates vexatórios com lideranças mundiais.

O centro do debate foi a resposta de Bolsonaro a uma crítica feita pela comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet, que disse que o Brasil estava perdendo espaço democrático, devido a críticas infundadas feitas por Bolsonaro às ONGs ambientalistas e a flexibilização das regras para posse e porte de armas de fogo. Criticou também o aumento da violência policial e o hiper-encarceramento no Brasil a partir de 2019, aliados ao discurso público que legitima as execuções sumárias, presente no projeto "anticrime".

Em resposta, Bolsonaro atacou grosseiramente Bachelet, dizendo que, assim como Macron, Bachelet

se intromete em assuntos internos e na soberania brasileira e se esquece que seu país só não é uma Cuba graças ao golpe militar de Pinochet, em 1973. Fez menções a mortes e torturas ocorridas no período para dar um basta à esquerda e aos comunistas, inclusive o pai de Michele Bachelet, general da brigada da Força Aérea do Chile. Alberto Bachelet, que se opôs ao regime, foi preso, torturado e morto pelo governo de Pinochet, em 1974.

Bachelet disse sentir "pena pelo Brasil", da mesma forma que o presidente francês, Emmanuel Macron, em episódio da crise diplomática entre Brasil e França devido à questão ambiental na Amazônia, disse esperar que "os brasileiros tenham logo um presidente que se comporte à altura" do cargo. As falas grosseiras e ofensivas de Bolsonaro, fazendo apologia a ditaduras militares e tortura, tornou o ambiente hostil para o Brasil no encontro da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no final do mês, em Nova York.

Na Assembleia da ONU, Bolsonaro foi o primeiro a

discursar para uma plateia ansiosa por ouvir o que o governo brasileiro tinha a propor para reduzir o número de incêndios e o desmatamento e como o Brasil contribuirá para combater as ameaças causadas pelas mudanças climáticas e cumprir as metas ambientais globais. Ao contrário do esperado, o discurso de Bolsonaro foi, mais uma vez agressivo e repleto de críticas aos governos brasileiros anteriores e aos países que se preocupam e questionam a política de desmatamento da Amazônia. Bolsonaro acusou os outros países, que “em vez de ajudar” sugerem “aplicar sanções ao Brasil sem ao menos ouvir” e atacou a imprensa internacional, acusando-a de publicar “mentiras” sobre as queimadas ocorridas na Amazônia nos últimos meses

A recepção a ele foi negativa. Em seu discurso arrogante, Bolsonaro reforçou a visão ideológica da política externa do seu governo e perdeu a oportunidade de se comprometer com desafios mundiais para combater o desmatamento e recolocar o Brasil em lugar de destaque na preservação ambiental.

Internamente, a postura antidemocrática do governo também foi evidenciada em diversos momentos. Uma declaração do filho de Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro (PSL-SP) de que “não é possível se conseguir por vias democráticas a transformação que o Brasil quer na velocidade desejada” preocupou todos os setores do governo. Ministros do Supremo classificaram o episódio de “gravíssimo”, o vice Hamilton Mourão reafirmou que a democracia é fundamental e “um dos pilares da civilização ocidental”, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediu responsabilidade sobre as declarações que questionam a democracia e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que a declaração merecia desprezo.

Somado a isso, a Justiça do Rio recebeu ordens para fiscalizar e apreender livros e HQ com temática LGBTQI+ na Bienal de Livros, por conta de um beijo gay em lançamento da Marvel. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, às vésperas de deixar o cargo, pediu ao presidente do Supremo Tribunal Federal que proibisse a apreensão dos livros na Bienal, o que foi atendido pelo ministro Dias Toffoli, com ordem para suspender a liminar que proibia a apreensão das publicações.

As ações são vistas como ameaça à liberdade de expressão, assim como as diversas falas e atitudes do atual governo, em defesa de ditaduras ou de um golpe, o que põe em risco a democracia, e são vistas como gravíssima sinalização de quebra do pacto da democracia e ruptura das regras do Estado de Direito que colocam em isolamento a família Bolsonaro.

Intervenção em órgãos de investigação e controle

Em continuidade à postura autoritária e intervencionista do governo, o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, foi exonerado a pedido de Jair Bolsonaro, e quem assume o cargo é Assis Ferraz Neto, auditor fiscal. A demissão do Secretário deveu-se à divulgação de um projeto de criação de imposto sobre movimentação financeira, espécie de nova CPMF, sem que o governo ainda houvesse tomado uma decisão a respeito.

A despeito da demissão de Cintra, o ministro da Economia, Paulo Guedes, a quem o Secretário da Receita Federal era subordinado e que sempre foi forte defensor da nova CPMF, não está totalmente convencido de abandonar a ideia do novo imposto e prossegue com estudos sobre as alíquotas do tributo. Quem não gostou da postura intervencionistas do governo foi o mercado financeiro, que se preocupa com o envolvimento direto de Bolsonaro em assuntos da equipe econômica e ministeriais.

Quem não anda em um bom momento é o ex-juiz Sergio Moro. Depois de tomar posse com poderes de super ministro, as revelações feitas pelo site The Intercept Brasil sobre a farsa da Lava Jato ameaçam o ex-juiz Sergio Moro. A oposição conseguiu o número de assinaturas necessárias (175) para solicitar à presidência da Câmara a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigue as possíveis ilegalidades na conduta dos procuradores que integraram a Operação Lava Jato. A CPI pretende apurar se o ex-juiz Sergio Moro e os membros do Ministério Público agiram com parcialidade, objetivo preestabelecido e motivação política na investigação de processos em Curitiba, e se houve conluio entre eles para obtenção de proveitos próprios e fins políticos. Os crimes que a CPI se propõe a investigar são fraude processual, prevaricação, advocacia administrativa e abuso de autoridade.

Não bastassem as revelações feitas pelo site The Intercept Brasil sobre a farsa da Lava Jato e a instalação da CPI, Sergio Moro vem sofrendo fritura por parte de Jair Bolsonaro. Vale lembrar que Moro tem sido constantemente desautorizado pelo governo, desde o desconvite à especialista em segurança Ilona Szabó, a retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça e a manutenção da Fundação Nacional do Índio (Funai) em seu ministério. Há ainda as recentes desautorizações, tanto nas indicações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) quanto na demissão de Ricardo Saadi, superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, por ordem de Bolsonaro, a despeito da reivindicação de autonomia cobrada pela PF, sob alegação de que que é ele, o presidente, quem manda, e não Sergio Moro.

Saadi foi exonerado por Bolsonaro após suposto direcionamento de investigação pela PF do Rio para atingir o deputado Hélio Lopes (PSL-RJ), aliado de Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro e alvo de investigações por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Moro atribuiu as polêmicas a uma 'rede de intrigas' para desgastar a relação de Bolsonaro contra ele e a cúpula da PF. O diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, indicado por Moro, também esteve com o cargo ameaçado por Bolsonaro.

Sergio Moro visitou Jair Bolsonaro no hospital em São Paulo, após a cirurgia, para negociar apoio e a permanência de Valeixo no cargo, o que conseguiu. O gesto foi visto como uma vitória de Moro, que deve evitar novas rusgas com Bolsonaro.

Por fim, o pacote "anticrime" defendido por Sergio Moro contém itens que reduzem a punição a policiais que matam em serviço, como, por exemplo, o trecho que trata do excludente de ilicitude. Após a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, pela PM do Rio de Janeiro, Moro foi às redes sociais menos para se pronunciar sobre o assassinato de Agatha, mas para defender o seu projeto. A medida foi derrubada na Câmara, em meio a repercussões do assassinato da menina Ágatha, baleada no Complexo do Alemão, no Rio, na última semana do mês. O trecho foi derrubado por nove votos contra cinco.

Reforma política e eleições 2020

Na semana de 16 a 20 de setembro, o Congresso Nacional discutiu o PL 5029/2019, que altera as regras eleitorais e de funcionamento dos partidos políticos. O projeto flexibiliza a prestação de contas e punições, além de autorizar o retorno da propaganda partidária semestral. As alterações valem para o pleito de 2020. A nova lei (13.877/19) foi sancionada pelo presidente da República Jair Bolsonaro no dia 27 de setembro, com vetos.

Com as alterações, os partidos poderão utilizar recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral para contratar consultoria contábil ou jurídica em qualquer processo judicial de interesse do partido ou em ações que envolvam candidatos do partido. Estes gastos ficam excluídos do limite de despesas de campanha. Também poderão utilizar os recursos para pagar impulsionamento de conteúdo na internet, exceto em período eleitoral. A nova lei também vetou que fique a cargo de fundações e institutos partidários a promoção da participação feminina na política, e sim sob responsabilidade da Secretaria de Mulheres, ou de órgãos subordinados a esta, dos partidos políticos. A nova lei também dispensou aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para cargos de direção dos partidos, institutos e fundações, com remuneração igual ou superior a duas vezes o teto de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social, ou seja, remuneração igual ou maior que 11.678,90 reais.

O presidente Bolsonaro vetou trecho que estipulava a composição do Fundo Eleitoral com base no total de emendas parlamentares de bancada. Com isso, o montante de recursos do Fundo deve ser estipulado pela LDO. Também foi vetado o uso do Fundo Partidário para pagamento de juros, multas, dívidas eleitorais e punições por infração à legislação eleitoral.

Entre outros pontos, destacam-se os vetos ao retorno da propaganda partidária semestral em rádio e TV, e a possibilidade dos partidos utilizarem qualquer sistema de contabilidade e de prestação de contas.

Há articulações no Congresso para que esses vetos sejam incluídos em sessão do Congresso Nacional até o dia 4 de outubro, considerado o prazo final

para que alterações na lei eleitoral serem aplicadas já nas eleições de 2020.

Bolsonaristas – quem são e onde estão

Para classificar o grau de afinidade e rejeição dos brasileiros a Bolsonaro e delimitar quem são os bolsonaristas, o Datafolha construiu uma escala baseada em seis variáveis: o voto declarado no segundo turno, a avaliação do governo e a confiança em suas palavras. O grupo dos mais afinados com Bolsonaro é formado pelos que votaram nele, aprovam seu mandato e concordam com suas declarações. Representam 12% da população. Outros 30% estão no extremo oposto: não votaram em Bolsonaro, reprovam seu governo e discordam do que ele diz. Sobram 58% que se distribuem pelas categorias intermediárias, ora apoiando, ora rejeitando falas e medidas do presidente, a depender de cada situação.

Um grupo dos 12% que constituem a base social concreta que legitima o presidente é mais masculina (51%) que feminina (10%). Sua adesão cresce conforme aumenta a idade, sendo 5% na faixa de 16 a 24 anos, 9% na de 25 a 34 anos, 12% na de 35 a 44 anos, 16% na de 45 a 59 anos, e 19% de 60 anos ou mais.

Sua presença é maior à medida que aumenta a ren-

da familiar mensal, indo de 5% entre os que possuem renda familiar de até dois salários, para 15% no grupo de dois a cinco salários e chega a 23% no de cinco a dez salários, alcançando 25% na categoria que tem renda superior a dez salários mínimos por mês. Com relação ao indicador escolaridade, os bolsonaristas são 12% entre os que tiveram o ensino fundamental, 11% entre os de nível médio e 16% entre os com educação superior. Em relação a raça/cor, 5% dos indígenas são bolsonaristas, 8% dos pretos e igual número dos amarelos, 11% dos pardos e 17% dos brancos.

Em termos ocupacionais, apenas 8% dos assalariados sem carteira e 12% dos assalariados com carteira estão no grupo. O número sobe a 19% entre os trabalhadores autônomos e atinge os 32% entre os empresários. As donas de casa e os desempregados também são menos atraídos pelo bolsonarismo radical, 8% cada, enquanto se agregam ao grupo 20% dos aposentados.

No Sul e no Sudeste 14% dos brasileiros seguem o bolsonarismo, enquanto no Nordeste sua participação é de apenas 7%. Entre católicos, evangélicos tradicionais e espíritas, 13% são bolsonaristas, seguindo a média geral. Entre os neopentecostais, 23% são bolsonaristas, e entre os sem religião 7% apenas.

JUDICIÁRIO



A crise das instituições que assola o Brasil está dentro do Poder Judiciário. Operação Lava Jato, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e o próprio governo estão entre os protagonistas desse processo.

O Poder Judiciário e a crise nas instituições

O Poder Judiciário brasileiro segue pautado pelas questões que envolvem a operação Lava Jato. O mês de setembro de 2019 aponta para essa situação. Todas as questões que ganharam repercussão e debate na opinião pública guardam relação direta com isso.

O novo procurador-geral da República, Augusto Aras, nomeado por Bolsonaro mas não indicado pela lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República, teve sua sabatina no Senado em setembro e foi aprovado por 68 senadores. Isso significa que os movimentos do Procurador, o primeiro PGR fora da lista tríplice desde o início dos anos 2000, foram exitosos para a conquista do cargo.

O novo PGR, desde o início do ano, se posicionou em diversas entrevistas no sentido de se aproximar da pauta conservadora de Jair Bolsonaro. Falou sobre cura gay, demarcação de terras indígenas e do corporativismo do Ministério Público brasileiro, especialmente na eleição da lista tríplice. Esse movimento agradou o presidente, que passou a ver em Aras uma espécie de expressão do bolsonarismo dentro da categoria.

Por outro lado, em conversas com os outros partidos, inclusive alguns da oposição, o maior cargo do Ministério Público brasileiro foi ocupado por alguém que afirmou existirem abusos e correções de rota na operação Lava Jato. Esse posicionamento foi fundamental para que Aras tivesse mais votos do que o número de senadores da base governista.

Para além da análise sobre as ações que o levaram

à PGR, é preciso que se entenda que esse movimento mostra uma ação política externa efetiva do procurador. Trata-se de um novo tempo na política. Até então, eleições dessa natureza eram marcadas por uma forte articulação política por dentro das corporações. Dessa vez, todo o debate foi público, e o presidente parece ter gostado.

Esse elemento aponta para um já constatado altíssimo nível de politização do Ministério Público brasileiro. Esse é o cenário político da categoria. Desde o estabelecimento das novas funções institucionais do MP na Constituição de 1988, muitas pesquisas já apontam para o papel da instituição no sentido de estimular o ativismo judicial, interferir em escolhas legítimas do Poder Executivo e disputar a opinião pública em questões de interesse dos promotores em casos específicos ou ainda em questões da política nacional.

A questão é que o Ministério Público não foi criado com essa finalidade. Esse é um retrato perigoso da conjuntura do Poder Judiciário brasileiro. Não há que se negar que a politização de debates do Judiciário seja importante para a evolução da democracia brasileira. Mas as balizas para esse posicionamento de membros do MP devem ser estritamente legais e jamais devem se sobrepor aos princípios constitucionais.

O perigo da somatória entre alto grau de autonomia e independência e praticamente nenhum mecanismo de controle (interno ou externo) provoca um desequilíbrio das forças democráticas, e assim,

qualquer tendência autoritária se revela numa efetiva ação de perseguição ou de alteração do jogo político em benefício de interesses pouco republicanos. Quando se consegue um juiz aliado para esse tipo de fraude constitucional, o desastre é inevitável.

A operação Lava Jato se tornou o símbolo desse desequilíbrio de controle e proteção constitucional. Juízes, procuradores, servidores da Receita Federal e da Polícia Federal constituíram uma verdadeira estrutura política por dentro do Poder Judiciário e se valeram das suas atribuições institucionais para agirem de acordo com as suas convicções, e não de acordo com a lei. Caberia, então, às outras instituições do Poder Judiciário e aos outros poderes exercerem os seus papéis para evitar que esse desequilíbrio afetasse o jogo democrático como um todo.

Não foi o que aconteceu. A eleição presidencial de 2018 ficará marcada na história como um processo democrático fraudado. Bolsonaro teve os seus votos, é verdade, mas só é presidente da República porque seu principal oponente não pôde disputar as eleições e porque o Judiciário brasileiro não impediu a onda de irregularidades eleitorais cometidas por ele.

O processo eleitoral de 2018 ensina porque o Judiciário possui uma enorme dificuldade de contornar a crise institucional dos dias atuais. Primeiro, grande parte dos seus membros é francamente favorável a uma espécie de ditadura togada. Esse é o sentido da criminalização da política, das perseguições a agentes públicos legítimos e ao consenso de que a corrupção é o maior mal da sociedade brasileira.

Segundo, parte da opinião pública e da elite que elegeu Bolsonaro concorda com esse ambiente de fragilidade democrática. Foram quatro derrotas eleitorais seguidas, e não era mais possível aceitar uma quinta derrota. Se as ideias da força política que governa o Brasil são passíveis de serem consideradas fascistas, a espada da repressão esteve nas mãos daqueles que deveriam segurar a balança do equilíbrio. O poder abusivo tomou conta inclusive de ministros do Supremo, que simplesmente não conseguem separar o papel institucional da Corte Suprema da defesa de uma ideologia desastrada que afunda o Brasil diariamente.

Assim, a tarefa do reequilíbrio das forças institucionais parece quase impossível. Aos poucos, surgem tentati-

vas de correção de rumos da Lava Jato, como a derrubada dos vetos da Lei de Abuso de Autoridade, o julgamento da correção das etapas processuais da operação e os esforços do Tribunal Superior Eleitoral para evitar o impacto das fake news nas próximas eleições.

Mas ainda é muito pouco. No apagar das luzes de setembro, o próprio MPF de Curitiba pediu a progressão da pena do ex-presidente Lula. É pública e notória a posição de Lula sobre a sua inocência e a sua liberdade. Mas Dallagnol, que deveria ter pedido a absolvição do ex-presidente nos casos do triplex e do sítio de Atibaia, agora se movimenta no sentido de enfraquecer a pauta Lula Livre e tentar salvar a Lava Jato da pecha de tribunal de exceção.

É preciso entender que a República de Curitiba usa o direito e o processo penal para pautar a política brasileira. Isso não é uma opinião, é um fato constatado pelos vazamentos do The Intercept Brasil. Intensas discussões sobre como influenciar a opinião pública, sobre o melhor momento das operações, estão mais do que provadas e atestam o que foi a formatação de um grupo político, com interesses evidentemente antidemocráticos, e práticas muito duvidosas.

Para uma atitude política, Lula deu uma resposta política. Mais do que afirmar que não troca sua dignidade pela sua liberdade, o ex-presidente se posicionou em defesa de uma situação que no longo prazo poderá lhe ser favorável. Ao negar a sua progressão, Lula espera o STF julgar o mais importante de todos os processos da Lava Jato: exatamente aquele que desvela a farsa de Sergio Moro e garante a sua posição suspeita no processo.

Parte do STF e do Congresso Nacional parece se movimentar para corrigir esse flagrante desequilíbrio. Mesmo parte da opinião pública hoje muda de posição e passa a aceitar a ideia de que a prisão de Lula é política e ilegal. Os mesmos que outrora bradavam à sombra dos pixulecos, hoje entendem o tamanho da tragédia que o Brasil encontrou com Bolsonaro e Moro. Mas ainda é pouco. A pressão é enorme, e a história das crises políticas do Brasil é feita de golpes, conciliações e acordos pouco publicáveis. O Judiciário está no centro da crise das instituições brasileiras. Resta saber se a solução será a típica da tradição política conciliadora ou se alguém ainda lembra que existe Constituição no Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA



O Governo Bolsonaro comemora a redução da taxa de homicídios no país em 2018. Ainda assim, os dados são assustadores. Mais de 57 mil pessoas morreram de forma violenta no Brasil. Os dados merecem um olhar mais atento para não gerar falsas conclusões e orientar políticas erráticas.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Em 10 de setembro de 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, desenvolvido a partir de dados fornecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. É o mais amplo e completo retrato da segurança pública do país.

Os dados são referentes ao ano de 2018 e trazem oscilações relevantes em relação a 2017. No entanto, as causas para estas variações ainda estão em debate entre os especialistas da área. Como resultados mais relevantes, destacam-se neste texto: a queda no número de homicídios; a discrepância nos índices de violência entre os estados; o aumento da letalidade policial; a vitimização policial; e, por fim, os dados de violência contra a mulher.

Queda no número de homicídios

O Brasil, com 210 milhões de habitantes, é o país do mundo com mais mortes intencionais. Tem o mesmo número de mortes violentas que os continentes da América do Norte, Europa e Oceania juntos.

Como se pode ver na tabela a seguir, houve um recuo de 10,8% após o recorde registrado em 2017, quando chegou-se a 64.021 pessoas mortas. Em 2018 foram 57.341 vítimas. Este é o menor número desde 2014, quando houve 59.730 mortes violentas intencionais, e encerra um intervalo de dois anos de crescimento. Assim, a taxa de mortos por cem mil habitantes também caiu após o recorde de 30,8 para um grupo de cem mil em 2017. Agora, a estatística é de 27,5, a menor desde 2011, quando o patamar era de 24,5 por cem mil.

Os dados surpreenderam e foram usados pelo governo Bolsonaro como um sinal de que a política implementada estaria dando resultados positivos. Obvia-

mente a redução de quase 11% nas mortes é um dado a ser comemorado, mas as causas devem ser

melhor debatidas para que não levem a conclusões equivocadas.

Série histórica das Mortes Violentas Intencionais ⁽¹⁾ Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2011-2018

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Mortes Violentas Intencionais - MVI							
	Ns. Absolutos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	47.215	54.694	55.847	59.730	58.459	61.597	64.021	57.341
Região Norte	3.303	5.833	5.902	6.261	6.742	7.422	7.815	8.005
Acre	148	189	215	204	234	368	530	416
Amazonas	1.102	1.160	985	1.201	1.447	1.189	1.285	1.225
Amapá	26	174	245	274	250	399	434	480
Pará	1.269	3.401	3.536	3.611	3.772	4.207	4.527	4.649
Rondônia	418	515	495	540	542	586	449	431
Roraima	60	72	107	78	102	212	211	384
Tocantins	280	322	319	353	395	461	379	420
Região Nordeste	19.934	20.724	22.274	23.737	23.500	24.814	27.288	23.482
Alagoas	2.401	2.171	2.273	2.201	1.808	1.878	1.926	1.521
Bahia	6.051	6.530	6.026	6.366	6.273	7.091	6.979	6.346
Ceará	2.762	3.734	4.432	4.492	4.130	3.566	5.329	4.788
Maranhão	1.546	1.666	1.782	2.158	2.280	2.342	2.058	1.776
Paraíba	1.667	1.540	1.537	1.513	1.502	1.324	1.286	1.210
Pernambuco	3.378	3.321	3.097	3.434	3.889	4.480	5.427	4.170
Piauí	349	529	551	734	673	703	653	617
Rio Grande do Norte	1.068	388	1.624	1.762	1.659	1.980	2.355	1.926
Sergipe	712	845	952	1.077	1.286	1.450	1.275	1.128
Região Centro-Oeste	3.290	5.120	5.225	5.666	5.574	5.467	4.850	4.570
Distrito Federal	761	871	743	767	694	659	557	493
Goiás	1.055	2.588	2.774	2.851	3.054	3.014	2.676	2.616
Mato Grosso do Sul	459	614	578	646	600	622	564	483
Mato Grosso	1.015	1.047	1.130	1.402	1.226	1.172	1.053	978
Região Sudeste	14.409	16.430	16.701	17.584	16.028	16.866	17.224	15.462
Espírito Santo	1.489	1.736	1.641	1.626	1.462	1.308	1.508	1.199
Minas Gerais	3.780	4.125	4.240	4.421	4.360	4.370	4.136	3.234
Rio de Janeiro	4.164	4.241	5.348	5.719	5.010	6.262	6.749	6.714
São Paulo	4.976	6.328	5.472	5.818	5.196	4.926	4.831	4.315
Região Sul	6.279	6.587	5.745	6.482	6.615	7.028	6.844	5.822
Paraná	3.475	3.453	2.874	2.870	2.840	2.940	2.557	2.408
Rio Grande do Sul	1.880	2.222	2.043	2.691	2.799	3.051	3.132	2.476
Santa Catarina	924	912	828	921	976	1.037	1.155	938

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos e é aqui apresentado apenas para mensuração do fenômeno. A categoria MVI só passou a ser calculada pelo FBSP a partir de 2013. Para os anos de 2011 e 2012, o indicador foi calculado retroativamente a partir dos critérios informados pelas Unidades da Federação para a 9ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado em 2015.

(2) Por 100 mil habitantes.

Letalidade policial

Enquanto as mortes violentas diminuíram, aquelas por intervenção das polícias tiveram um aumento de 19%. Foram 6.220 vítimas em 2018 contra 5.179 vítimas de 2017. Uma média de dezessete pessoas por dia. Entre as vítimas do Estado, 99% são homens, 75% são negros, 78% jovens (de 15 a 29 anos) e com apenas o ensino fundamental completo (81,5%).

A ação da polícia é responsável por onze de cada cem mortes violentas intencionais no ano passado. A ascensão é ininterrupta desde 2013, com 2.212 mortes, crescimento acumulado de 181% no período.

O discurso bolsonarista tenta emplacar que uma polícia mais violenta e ostensiva pode garantir a redução da criminalidade. A morte de inocentes – como no caso da menina Ágatha Felix de apenas 8 anos atingida por um tiro da polícia no Complexo do Alemão no RJ – seria um preço a se pagar pelo aumento da sensação de segurança, como declarou o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel do PSC. Além de desumana e com sensos ético e de justiça bem questionáveis, a correlação entre a redução dos homicídios e o aumento da letalidade policial é absolutamente falaciosa.

As razões da redução da taxa de homicídios

O próprio Fórum de Segurança Pública, responsável pela publicação do Anuário, chama a atenção para a necessidade de ampliar o debate e estudar melhor o fenômeno. No entanto, alguns pontos podem ser destacados, como por exemplo, o aumento de investimento dos governos estaduais em segurança pública e a trégua entre as facções criminosas em estados populosos, como São Paulo, que têm um papel importante de puxar os números para baixo. Em suma, as causas da redução são apontadas para dinâmicas locais e não para uma política nacional – mesmo porque os dados são de 2018, ano anterior ao início do governo Bolsonaro.

As particularidades dos estados e as facções

Nos últimos três anos, ampliou-se a quantidade de estados que reduziram sua mortalidade violenta geral. Em 2016 havia nove exemplos de redução, que passaram para quinze em 2017 e chegaram

nos atuais 23 em 2019 – apenas Roraima (64,9%), Tocantins (10,4%), Amapá (6,3%) e Pará (0,9%) registraram acréscimo. Mas, as diferenças das taxas entre os estados é gritante. Roraima apresenta a maior taxa de homicídios a cada cem mil habitantes, de 66,6. Já São Paulo possui 9,5 homicídios a cada cem mil habitantes.

Em Roraima, onde essa guerra entre Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e grupos locais ainda não se resolveu, muito ao contrário, as taxas de homicídios dolosos subiram 227% nesta década. Em São Paulo, sabe-se que o monopólio do domínio do território está nas mãos do PCC.

No caso do Amapá, o Anuário destaca o cenário como ainda pior. Os dados mostram que a taxa de mortes violentas por cem mil habitantes cresceu 1.100% em sete anos. Serviços de inteligência atestam a existência de sete facções criminais no estado, ainda em guerra no início de 2019. Com relação à letalidade policial, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo possuem 23 e vinte, respectivamente, vítimas de violência intencional pela polícia a cada cem habitantes. Na Paraíba esse número chega a uma pessoa, por exemplo.

Morte entre policiais

Aqueles que defendem a violência policial como argumento de que há uma “guerra de bons versus maus” também se equivocam. Enquanto as mortes pelas mãos da polícia aumentaram quase 19%, menos policiais morrem em serviço. Foi o segundo ano de redução: os 373 registros em 2017 foram a 343 em 2018. É o menor número desde 2013, segundo o estudo. Importante ressaltar que os suicídios cometidos por policiais aumentaram 42,5% em um ano. De 73 suicídios de policiais civis e militares no ano anterior, foram para 104 em 2018. Ou seja, policiais morrem mais em decorrência de traumas e depressão dados pelas péssimas condições de trabalho do que em serviço. Uma polícia despreparada, mal paga e que adocece.

Violência contra a mulher

Importante antes de mais nada destacar que os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores

taxas de notificação à polícia, o que indica que os números apresentados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de mulheres e crianças atualmente. No caso brasileiro, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia. Os motivos para a baixa notificação são os mesmos em diferentes países: medo de retaliação por parte do agressor (geralmente conhecido), medo do julgamento a que a vítima será exposta após a denúncia, descrédito nas instituições de justiça e segurança pública, entre outros.

De qualquer forma, os dados de violência sexual também apresentaram recorde, com 66.041 estupro registrados em 2018. Os feminicídios e casos de violência doméstica também aparecem com crescimento de 4% e 0,8%, respectivamente. Foram 1.200 mulheres assassinadas em 2018 e 263.067 ocorrências de lesão dolosa. Na maioria dos casos os autores são um companheiro/ex-companheiro ou alguém próximo da vítima. As menores de treze anos representam mais da metade (54%) das vítimas. As vítimas do sexo masculino são ainda mais jovens, a maioria tinha menos de sete anos.

Políticas do governo federal

O governo federal, apesar de não ter atribuição constitucional explícita na área da segurança pública – a principal atribuição cabe aos estados –, tem o poder de induzir políticas por meio de exigências ao direcionar recursos, mas isso não tem sido feito.

O ministro de Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, lançou em agosto o “Em frente, Brasil”, programa piloto que pretende reduzir taxas de criminalidade em cinco cidades: Ananindeua (PA), Goiânia (GO), Paulista (PE), São José dos Pinhais (PR) e Cariacica (ES) por meio da articulação de políticas

públicas entre ministérios, órgãos estaduais e municipais. Não foi publicado orçamento reservado para o programa nem calendário de implementação para o restante do país – o que levanta dúvidas sobre a qualidade da política pública.

As agendas mais estruturantes anunciadas pelo governo para a área da Segurança Pública são: flexibilização da compra e posse de armas e isenção de culpa para os policiais que matam em serviço. O recado do bolsonarismo para o problema é direto: aquilo que incomoda, elimina-se. O problema é que esta política mata inocentes, não respeita a Constituição (à medida de que, mesmo que não legalmente, instaura-se um Estado com pena de morte para pretos e pobres), e adoce a própria polícia. O populismo eleitoral irresponsável e salvaçãoistas de extrema-direita apenas agrava uma situação já complicada.

Um estudo do Instituto Sou da Paz revelou que a Força Nacional (composta por policiais cedidos dos estados) tem consumido 62% do 1,7 bilhão de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública. A área de prevenção recebeu 4,5% dos recursos do Fundo desde a sua criação, e a valorização policial, 9%. Ou seja, a principal ação federal tem sido manter o funcionamento dessa tropa (como resposta emergencial a crises), com pagamento de diárias aos agentes e logística de deslocamento e estadia, em detrimento de outras ações para fomentar políticas mais robustas de combate à criminalidade. Pouca prioridade orçamentária para inteligência e investigação – lembrando que, no Brasil, apenas 6% dos casos de homicídios são esclarecidos.

O país segue agonizando enquanto os governantes agem com pouco compromisso e são omissos ou ainda comemoram a perda de vidas brasileiras – como o governador do Rio de Janeiro no caso do sequestrador do ônibus em Niterói em agosto deste ano.



Nesta seção serão discutidos os últimos números do mercado de trabalho e como a precarização tem dado a tônica da “recuperação” da economia brasileira nos últimos anos, bem como a aprovação da Medida Provisória (MP) da “Liberdade Econômica”, agora lei 13.874/2019.

Precarização é a tônica da ‘recuperação’

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação no Brasil ficou em 11,8% no trimestre de junho a agosto de 2019. Segundo a instituição, a taxa de desocupação caiu 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2018. No entanto, a população desocupada, formada por pessoas que ativamente buscam emprego, continua alta, chegando a 12,6 milhões de pessoas. A população ocupada atingiu 93,6 milhões e a população fora da força de trabalho atingiu 64,9 milhões de pessoas.

Para ter um quadro mais preciso do mercado de trabalho é necessário investigar outros dados fornecidos pela pesquisa. Em primeiro lugar, o IBGE aponta que a taxa composta de subutilização (formada pelo número de subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial dividido pela Força de Trabalho ampliada) da força de trabalho ficou em 24,3%, e a população subutilizada ficou em 27,8 milhões de pessoas. Já a população desalentada, formada por um contingente que desistiu de procurar emprego, chegou

a 4,7 milhões. Estes dados mostram que muitas pessoas desistiram de procurar emprego ou estão trabalhando poucas horas na semana e por isso deixam de contar nas estatísticas da desocupação.

Outro dado grave para os trabalhadores é o fato de que enquanto o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, exceto trabalhadores domésticos, chegou a 33 milhões, a categoria empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (11,8 milhões de pessoas) foi recorde da série histórica e cresceu 5,9% (mais 661 mil pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2018.

Para finalizar a análise sobre a Pnad Contínua, outro recorde negativo é o de que a categoria dos trabalhadores por conta própria chegou a 24,3 milhões de pessoas, ponto máximo da série histórica, com alta de 4,7% (mais 1,1 milhão) em relação ao mesmo período de 2018.

Por outro lado, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), banco de dados que se utiliza de outra metodologia, tem apontado para resultados um pouco diferentes. A partir de dados

alimentados pelos empregadores, o Caged vem mostrando uma recuperação do setor formal ao realizar uma contagem dos novos vínculos de trabalho formal e os vínculos rompidos, mas tanto o Caged quanto a PNADC apontam para o fato de que em termos de estoque ainda estão longe os níveis que o Brasil apresentava antes da crise de 2015: tanto o estoque de emprego formal era muito mais alto quanto o nível de formalidade era maior. Da mesma forma, a quantidade de desocupados no Brasil ainda é muito superior à de antes da crise.

Os dados mais recentes do Caged mostram que em agosto de 2019 o país teve saldo positivo na geração de empregos formais de 121.387 vagas, sendo o melhor agosto no Caged desde 2013. No acumulado de 2019 foram criados 593.467 novos postos, com variação de 1,55% do estoque, enquanto no mesmo período de 2018 houve crescimento de 568.551 empregos (variação de 1,50%). Foi registrado saldo positivo no nível de emprego em Serviços (61.730 postos), Comércio (23.626), Indústria de Transformação (19.517), Construção Civil (17.306), Administração Pública (1.391) e Extrativa Mineral (1.235); e foi registrado saldo negativo em Agropecuária (-3.341 postos) e Serviços Industriais de Utilidade Pública/Siup (-77 postos).

Outro dado importante é que o salário médio de admissão em agosto de 2019 foi de 1.619,45 reais e o salário médio de desligamento, de 1.769,59 reais, o que tem se repetido nos últimos meses.

Por fim, o que cinicamente é chamado de “modernização trabalhista” pelo governo (novos contratos precários tornados formais ou perdas de direitos a partir da reforma trabalhista de Temer) passou a ter espaço na análise mensal que o governo divulga do Caged. Neste caso, destaca-se que o emprego intermitente gerou saldo de 6.573 empregos em

agosto, enquanto o trabalho em regime parcial gerou saldo de 2.650 empregos no mesmo mês.

Liberdade econômica

A outrora Medida Provisória (MP) 881, agora lei 13.874/2019, contém uma “mini-reforma” trabalhista. Ela é originária de MP assinada por Bolsonaro no fim de abril com a bandeira genérica de “ampliar a liberdade econômica”, mas ao longo da tramitação sofreu diversos adendos, inclusive os chamados “jabutis”, que são trechos alheios à temática inicial.

Em seu texto final, a agora lei 13.874/2019 dispensa registro de ponto para empresas que tenham até vinte empregados (o que prejudica o pagamento de hora extra, por exemplo) e, para atividades consideradas de “baixo risco”, fica eliminada a exigência de alvará de funcionamento. Também há uma separação entre patrimônio dos sócios das empresas das dívidas dessa empresa, o que dificulta o pagamento de dívidas trabalhistas. Além disso, a lei prevê o fim do eSocial.

A lei torna preferencial a emissão de novas carteiras de trabalho em meio eletrônico, com o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como identificação única do empregado. As carteiras continuarão a ser impressas em papel apenas em caráter excepcional. Além disso, o texto cria a figura do abuso regulatório, para impedir que o poder público edite regras que afetem a “exploração da atividade econômica”.

Os jornais citam fala de Paulo Uebel, secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, de que com a aprovação da lei, em dez anos serão gerados 3,7 milhões de empregos e haverá crescimento de 7% da economia. A mesma argumentação sem fundamento (e que se provou ser falsa) usada para aprovar a reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95.

ECONOMIA



Os dados já disponíveis sobre o nível de atividade da economia brasileira neste terceiro trimestre de 2019 reafirmam o ritmo moroso que tem marcado este primeiro ano de governo Bolsonaro.

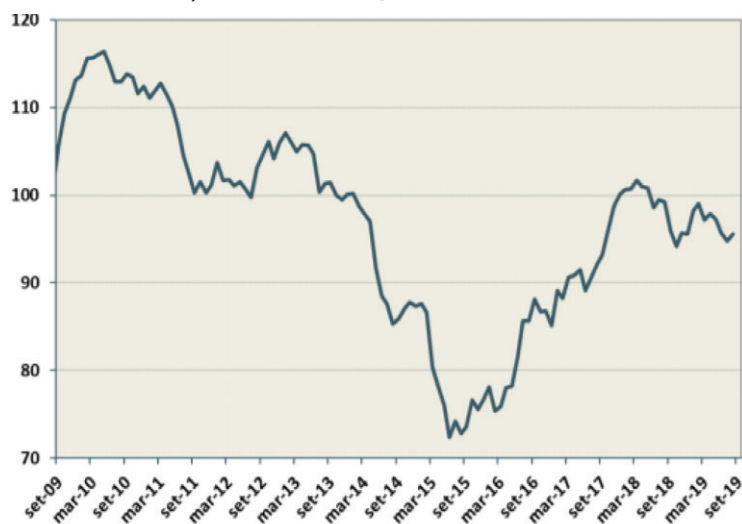
Uma nova desaceleração no terceiro trimestre

Nível de atividade

Apesar de se ter observado uma melhora da economia na passagem do primeiro para o segundo trimestre do ano, os números setoriais indicam que houve uma nova desaceleração no terceiro trimestre, especialmente puxada pelo fraco e preocupante

desempenho da produção industrial que, em julho, alcançou o pior patamar dos últimos quatro anos. O governo, entretanto, nada faz de efetivo para alterar esse quadro. Ao contrário, dá sinais de que falsifica as projeções oficiais para impor ainda mais sacrifícios ao país cortando gastos públicos essenciais.

Gráfico 1 – Índice de confiança da indústria (dados de set/09 a set/19, dessazonalizados)



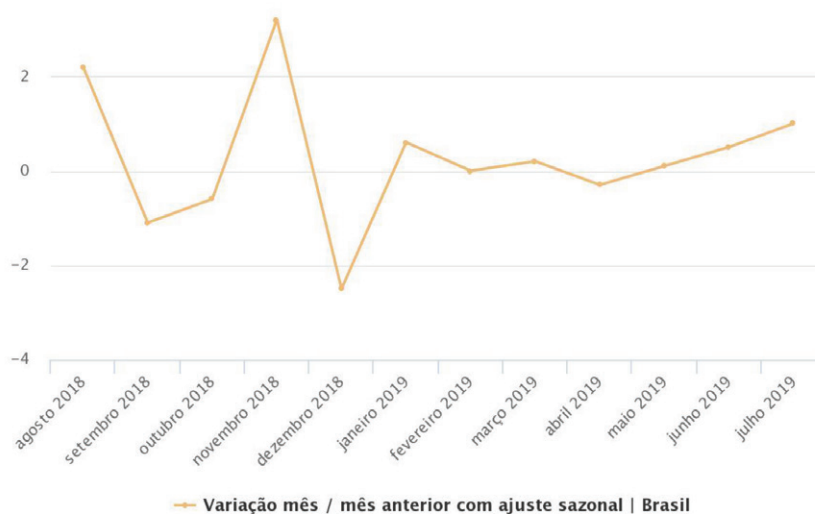
Fonte: FGV - IBRE

Já o setor de serviços que, vale lembrar, responde por mais de dois terços dos postos de trabalho do país, trouxe algum alento com um crescimento de 0,8% no último mês de julho quando comparado com o mês imediatamente anterior. Contudo, o resultado positivo não foi ainda suficiente para reverter a perda de dinamismo observada nos serviços na passagem de 2018 para 2019, de forma que ainda está 1,2% menor que no final do ano passado. Entre as influências positivas observadas no mês de julho, cabe destacar o crescimento mensal dos serviços de informação e comunicação (1,8%), dos serviços de transporte (0,7%), além dos outros serviços que cresceram 4,6%. O destaque negativo ficou por conta dos serviços profissionais, administrativos e complementares, com queda de 1,3% na passagem do sexto para o sétimo mês de 2019.

Outro aspecto importante a se destacar em relação à evolução do setor de serviços é que as variações positivas em julho foram percebidas em 25 das 27 unidades da federação, sinalizando que se trata de um crescimento menos concentrado, como vinha sendo observado nos meses anteriores, muito associados aos desempenhos do setor nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais.

Mas o dado mais relevante das pesquisas setoriais do IBGE relativas ao mês de julho diz respeito ao desempenho do comércio varejista. As vendas cresceram 1% na passagem do mês, o que configura o terceiro resultado positivo consecutivo (veja no Gráfico 2), sinalizando a recuperação do setor em relação à queda que vinha sendo registrada desde o início do ano.

Gráfico 2 - Volume de vendas no varejo



Fonte: IBGE - Pesquisa mensal de comércio

Graças a essa recuperação observada no comércio varejista – que deve continuar nos próximos meses por conta da liberação dos saldos do FGTS – as expectativas em relação à taxa de crescimento da economia brasileira em 2019 deixaram de piorar e se mantiveram estáveis ao longo do mês de setembro, orbitando entre de 0,8% e 0,9%. Esse patamar, entretanto, que é inferior ao dos últimos dois anos (1,1%), representa uma preocupante estagnação da renda per capita, em um país que vê crescer a pobreza e a precarização do trabalho e que ainda está longe de retomar os parâmetros econômicos

e sociais que vinham sendo registrados até 2014.

Comércio Exterior

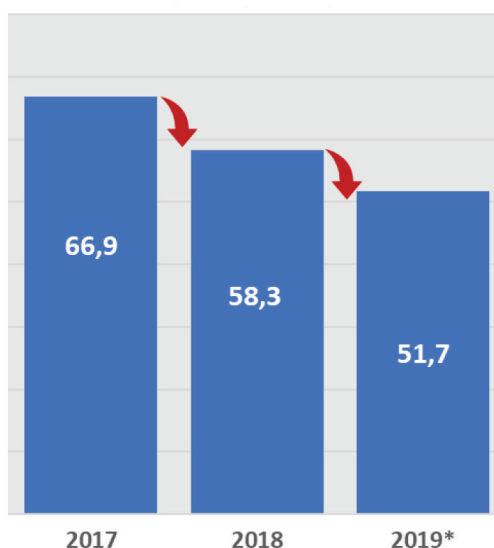
Os dados consolidados pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia até a terceira semana de setembro confirmam a tendência de deterioração do comércio exterior brasileiro, agora, porém, mais acentuada. No acumulado desde janeiro de 2019 até a semana de referência, o saldo comercial do país alcançou apenas 33,5 bilhões de dólares ante um montante de 40,6 bilhões de dó-

lares registrado no mesmo período do ano anterior, uma expressiva queda de 17,4%.

Contudo, mais grave do que o tamanho da contração em si, foi a forma como ela se deu: mesmo com a ajuda do processo de desvalorização do real ao longo do ano, a queda das exportações (-5,6) foi significativamente mais intensa que a das importações (-2,0%). Entre as razões dessa perda de vigor de nossa corrente de comércio com o resto do mundo, além das crescentes disputas comerciais

entre os EUA e a China e a consequente desaceleração da economia mundial, por certo a crise de grandes proporções que afeta a economia Argentina é a mais alarmante. Para se ter uma ideia, as exportações brasileiras para o país vizinho caíram estrondosos 40,06% nos primeiros oito meses de 2019, uma perda de 4,53 bilhões de dólares em relação ao resultado do mesmo período do ano anterior, a maior parte dos quais relativos à queda das exportações de bens industrializados (4,22 bilhões).

Gráfico 3 - Saldo comercial do Brasil (em US\$ bilhões)



Fonte: Ministério da Economia | (*) Estimativa do Relatório Focus de 27/09/2019

Por conta dessa trajetória declinante e do horizonte externo nada benigno, os economistas de mercado consultados pelo *Boletim Focus* do Banco Central seguem revendo para baixo suas projeções de saldo comercial para o ano de 2019, atualmente estimado em 51,7 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 15 bilhões menor do que o registrado há dois anos (veja Gráfico 3)

Inflação e política monetária

A despeito do encarecimento dos preços dos bens importados, pressionados pela desvalorização do real, e do oitavo aumento consecutivo do valor das tarifas de energia elétrica, a inflação oficial calculada pelo IBGE em sua prévia do mês de setembro (IPCA-15) foi de apenas 0,09%, refletindo o estado de letargia que se alastra pela economia do país. No

acumulado do ano, a inflação chegou a 2,6% e, considerando os últimos doze meses, alcançou 3,22%.

Por conta dessa tendência declinante, entre os economistas que mais acertam as previsões na pesquisa semanal do Banco Central - os chamados "Top 5" do Relatório Focus - a mediana das projeções aponta que 2019 deverá registrar uma inflação anual de apenas 3,37% (quase um ponto percentual abaixo do centro da meta) em mais uma clara evidência do atraso da política monetária do Banco Central que demorou muito para começar a retomar a redução da taxa Selic.

Além disso, outro aspecto problemático e antigo da gestão monetária e financeira do Banco Central revela-se na sua incapacidade de conseguir influenciar as taxas de juros que são cobradas dos tomadores finais, notadamente dos consumidores.

Segundo o mais recente Relatório de Estatísticas Monetárias e de Crédito do Banco Central, a despeito da taxa Selic ter caído um ponto percentual desde maio, o spread bancário nas operações de crédito para pessoa física (isto é, o diferencial que os bancos cobram dos clientes em relação ao custo que arcam para captar dinheiro) cresceu 0,5% no mesmo período. Noutros termos, as instituições financeiras aproveitaram a queda da Selic para engordar ainda mais os seus extravagantes lucros, às custas dos endividados e em prejuízo do consumo e do crescimento econômico. Tivéssemos um governo minimamente comprometido com os interesses gerais da nação e menos fiel aos bancos, urgia-se reduzir os juros nas linhas de crédito dos bancos públicos para forçar a redução dos juros dos bancos privados.

Contas Públicas e Política Fiscal

De todas as barbaridades que o país assiste na condução da política econômica, certamente é na seara fiscal que se encontram os maiores equívocos e, por que não dizer, uma gestão irresponsável que tangencia o dolo. Nas últimas semanas, vieram à tona uma série de revelações e denúncias de manipulações de informações fiscais por parte do governo, cujas motivações em nada se alinham aos valores da democracia e com os princípios da transparência e da publicidade que se requer da administração pública.

Em primeiro lugar, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto trimestre do ano, o governo fez uma surpreendente reavaliação da dotação orçamentária destinada às despesas com servidores da União, reduzindo-a em 5,8 bilhões de reais, sob a alegação de anterior superestimação na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no relatório do terceiro trimestre. Além da estranheza com a dimensão do erro - muito superior a ajustes orça-

mentários do tipo que ocorreram em anos anteriores - a justificativa governamental de que a alteração se devia à não ocorrência de reajustes dos servidores no montante que se esperava também pareceu pouco convincente. Afinal esse tipo de situação se repete todos os anos e nem por isso as divergências alcançam a casa dos cinco bilhões de reais.

Em segundo lugar, talvez por conta do novo patamar de gastos com servidores da União (sem os tais 5,8 bilhões de reais), o ministro Paulo Guedes veio à imprensa para informar que irá se reunir com os presidentes da Câmara e do Senado com o intuito de alterar a proposta orçamentária recém-encaminhada ao parlamento, uma vez que nos cálculos do Ministério da Economia também em 2020 serão menores as despesas com servidores.

Por fim, em outra frente, por conta de uma investigação realizada por professores da Unicamp e técnicos especializados em cálculos previdenciários, veio a público a informação de que aparentemente há uma série de erros nas contas realizadas pela equipe do Ministério da Economia que subsidiaram a Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência. Como os erros apontavam sempre no sentido de superestimar as despesas do sistema e subestimar as receitas, não seria de todo estranho supor que houve uma deliberada iniciativa dos técnicos do governo para amplificar o déficit e assim justificar ajustes mais severos no sistema previdenciário que resultará da PEC que tramita no Congresso.

Tudo somado, como inclusive alguns especialistas em contas públicas têm alertado na imprensa, fica a impressão de que a ideologia ultraliberal que predomina na atual gestão tem levado o governo a manipular as análises oficiais das contas públicas com a intensão de projetar um quadro artificial de crise fiscal para assim conseguir respaldo perante a sociedade para continuar cortando despesas e reduzindo o tamanho do Estado.

TERRITORIAL



As queimadas na Amazônia brasileira chamaram a atenção do mundo, tiveram repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, bem como revelaram uma crise internacional em pleno início do governo Bolsonaro. O estudo mostra a realidade da Amazônia não mencionada no discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A intensificação de focos de incêndio na Amazônia

No mês de agosto deste ano, houve intensificação de focos de incêndio na Amazônia brasileira. As queimadas chamaram a atenção do mundo, tiveram repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, bem como revelaram uma crise internacional em pleno início do governo Bolsonaro. O crescimento do ritmo do desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando em mudanças climáticas e nos distanciando das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris.

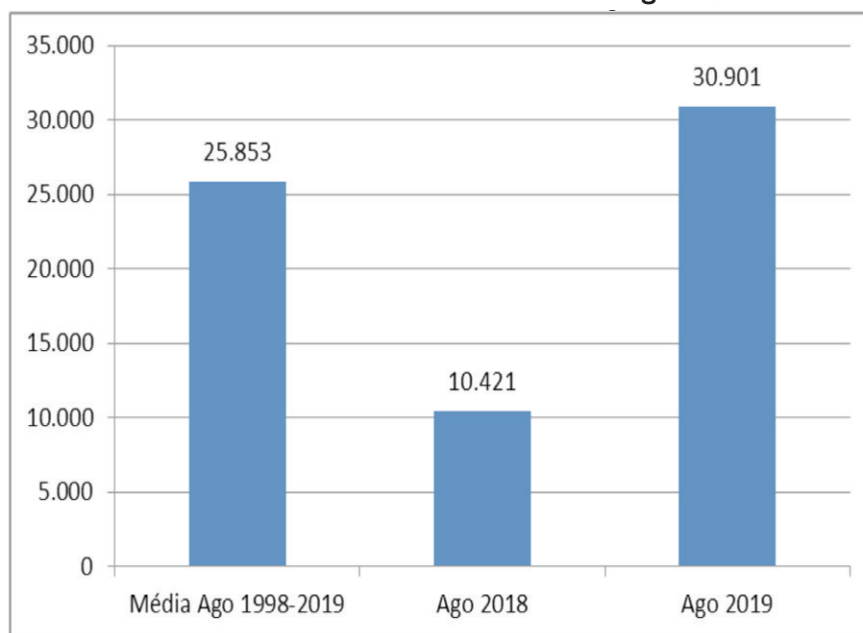
Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia, apresentou uma visão ultraliberal, antiindígena e banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio ao seu discurso ideológico, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro só esqueceu-se de mostrar os dados e a realidade.

Na verdade, o que realmente vem acontecendo na

Amazônia brasileira é uma elevação dos focos de incêndio a partir de agosto de 2019. Com incêndios criminosos que iniciaram no denominado “dia do fogo”, as queimadas foram encaradas com preocupação ao redor do mundo e despertaram uma crise na recente gestão do governo Bolsonaro.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ocorreram 30.901 focos de queimadas registrados na Amazônia durante o mês de agosto de 2019. Os focos de incêndios ocorridos no governo Bolsonaro foram três vezes mais do que os registrados no mês de agosto do ano anterior, equivalente a 10.421 focos - uma elevação de 196%.

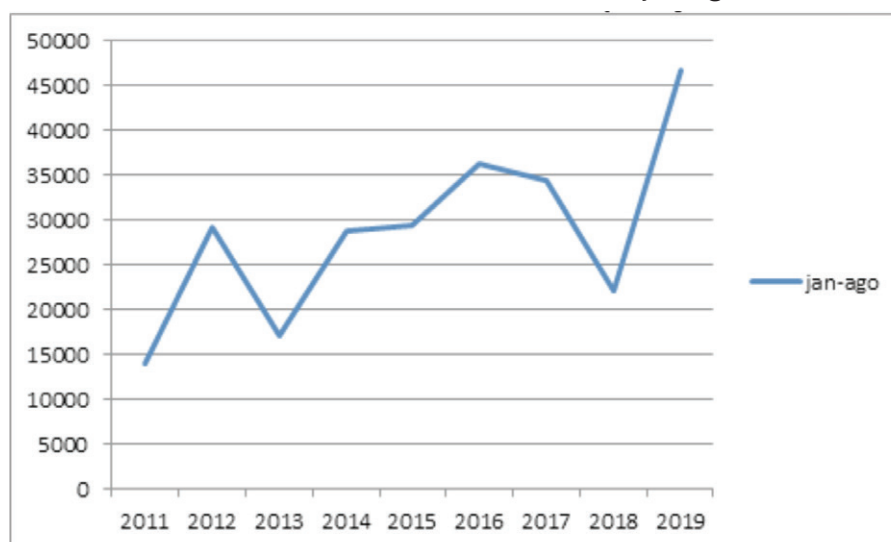
As queimadas ocorridas em agosto de 2019 superaram em 20% a média da série histórica de 1998-2019, período no qual existem informações mensuráveis sobre o tema. A média histórica para o mês de agosto foi de 26 mil focos, contra o patamar de quase 31 mil focos em 2019.

Gráfico 1 – Focos de incêndio na Amazônia – Agosto, 1998-2019

Fonte: Inpe, 1998-2019

Entre janeiro e agosto de 2019, ocorreram 47 mil focos de incêndio na Amazônia brasileira, o correspondente a um aumento de 111% em relação ao mesmo período de 2018. O patamar alcançado em agosto

de 2019 foi o maior desde 2011. Segundo dados do Inpe, a Amazônia concentra mais de 50% dos focos de queimadas deste ano.

Gráfico 2 – Focos de incêndio na Amazônia – jan-ago 2011-2019

Fonte: Inpe, 2011-2019

Diretamente relacionado aos incêndios, o desmatamento na Amazônia também cresceu em agosto de 2019 em relação ao mesmo mês de 2018. O substancial aumento de 222% revela que neste mês foram desmatados 1.701 quilômetros quadrados, área maior do que a da cidade de São Paulo,

que possui 1.521 quilômetros quadrados.

De acordo com os dados do sistema Deter do Inpe, a média de crescimento do desmatamento em 2019 foi 91% superior ao mesmo período do ano passado. No entanto, em consequência da conso-

lidação das práticas ambientais do novo governo foram nestes últimos meses que este crescimento tornou-se exponencial, superando os 200% de crescimento entre julho e agosto deste ano.

Vale lembrar que o ano de referência destas comparações, 2018, não foi um período de desmatamentos moderados, pois apresentou crescimento de 8% em relação a 2017, e que o mês de setembro de cada ano costuma ser o período mais propício a queimadas naturais, por ser o mais seco do ano na região. Isso acende um alerta, de que devem aumentar ainda mais as queimadas neste mês, e reforça outro, de que este aumento excessivo do desmatamento em períodos anteriores ao esperado foi fruto de queimadas intencionais.

O presidente Bolsonaro, ao encontrar-se encurralado pela desestruturação da política ambiental brasileira e pelo aumento do desmatamento, declarou que as queimadas estariam sendo feitas por ONGs para chamar atenção internacional - como de costume o presidente não apresentou nenhuma prova ou evidência a respeito.

Na verdade, as queimadas estão sendo usadas para limpar a terra de áreas recém-desmatadas, majoritariamente para que seja utilizada para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem para gado - conforme apontado por estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). As constatações do Ipam também indicam elevada associação entre municípios desmatadores e ocorrências de queimadas, entre eles Altamira, Porto Velho, Lábrea e São Felix do Xingu.

Em vez de acusar os ambientalistas pelos incêndios, Bolsonaro deveria repensar a desastrosa trajetória da política ambiental ocorrida em sua gestão. Ao abrir mão dos recursos provenientes da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia, Bolsonaro enfraqueceu todo o sistema de proteção das florestas brasileiras. Entre outros objetivos, o Fundo Amazônia financiava projetos governamentais para iniciativas de prevenção e combate a incêndios, bem como financiava ações do Inpe e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dessa maneira, além dos grandes proprietários de terra da soja e do gado, a culpa pelo aumento das

queimadas também pode ser creditada ao cruzar de braços do governo, que reduziu drasticamente o orçamento dos serviços prestados pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os retrocessos do governo incluem corte de recursos para estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e corte de mais de cinco milhões de reais para fiscalização e combate aos incêndios realizados pela ICMBio. Os cortes orçamentários obrigaram o governo federal a reduzir em quase 25% o total de brigadistas temporários contratados para conter as queimadas.

Além de desestruturar a política ambiental, o governo estranhamente pretende alterar a forma de mensuração dos dados sobre o desmatamento. Caminhando nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente prevê a contratação de um sistema de monitoramento privado de uma empresa norte americana, deixando para traz todo o acúmulo do Inpe. O sistema privado chamado Planet já se encontra em teste gratuito dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na verdade, o governo erra ao pretender trocar um serviço público exitoso prestado pelo Inpe por um serviço privado sem comprovação de qualidade. A metodologia do Inpe se baseia em imagens captadas por satélite e os pesquisadores do órgão afirmam que a mensuração do desmatamento tem precisão superior a 90%. O sistema Deter do Inpe possibilita que a floresta seja monitorada 24 horas por dia. O Deter foi criado pelo governo Lula em 2004, possibilitando um diagnóstico de áreas desmatadas superiores a trinta mil metros quadrados.

Em suma, o início do governo Bolsonaro está sendo caracterizado pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. O avanço do ritmo de desmatamento no período recente veio acompanhado por conflitos sociais pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. Isso vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia.

COMUNICAÇÃO



Esta seção trata dos principais temas noticiados sobre o Brasil em setembro na imprensa internacional, da reação das redes sociais on line à morte da menina Ághata e da repercussão do discurso de Bolsonaro na ONU nos principais grupos midiáticos brasileiros.

O conservadorismo neoliberal da direita populista

O noticiário sobre o Brasil em setembro na imprensa internacional foi marcado pelos traços conservadores e neoliberais da direita populista que ascendeu ao poder não apenas no governo federal, mas também nos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro. A maior parte das notícias sobre o país, evidentemente, tratou da situação da floresta amazônica.

O auge da crise ambiental foi no final de agosto, quando importantes jornais como *The Guardian*, *Le Monde* e *New York Times* publicaram artigos de opinião sobre o quanto o fogo poderia avançar e o perigo que a crise representava para o mundo. Na primeira semana de setembro todos os grandes veículos do mundo noticiaram que marcas de

roupa estavam suspendendo temporariamente a compra de couro produzido no Brasil até que fosse possível atestar que essa produção não acarreta mal à Amazônia.

A *Al Jazeera* foi além. Em 1º de setembro publicou reportagem sobre a interrupção do repasse de verbas da Noruega e Alemanha para o Fundo Amazônia e como o corte afetava ONGs que trabalham em prol do manejo sustentável da floresta. Três dias depois a rede de jornalismo do Oriente Médio abordou a relação de Jair Bolsonaro com os povos indígenas. A reportagem informou que o presidente brasileiro se recusa a promover novas demarcações de terras para esses povos.

Em 8 de setembro, o canal noticiou que a destruição da floresta continuava e permanecia impune. Entre as duas últimas reportagens mencionadas, no dia 6, o *Wall Street Journal* publicou texto sobre o posicionamento do ministro do Meio Ambiente com relação à situação da Amazônia. Ricardo Salles afirmou que é preciso desenvolvimento econômico para que a floresta fique protegida. Especialistas ouvidos criticaram a política ambiental do governo Bolsonaro. No mesmo dia, apenas o *The Guardian* noticiou o lançamento da campanha de relações públicas lançada pelo governo brasileiro para tentar reverter a imagem que estava sendo construída sobre o Brasil.

Apesar da empreitada do governo brasileiro para tentar amenizar a forma como vinha sendo representado dentro da comunidade internacional, o jornal inglês *The Guardian* enviou um repórter a Rondônia, que relatou a situação caótica no local. Enquanto o ministro das Relações Exteriores declarava à rede norte-americana de televisão CNN que a Amazônia não estava em chamas, o repórter do periódico britânico relatava que todas as evidências levam a crer que o governo não é a favor da conservação do meio ambiente. A reportagem informou também que diversos escritórios do Ibama e do ICMBio estavam sendo desmantelados pelo Poder Executivo federal.

Após um pequeno intervalo, no dia 17, todos os veículos estrangeiros voltaram a tratar da Amazônia, agora, em função de um relatório publicado pela *Human Rights Watch*, que apontou a ocorrência de trezentos assassinatos na última década em função de disputas de terra. A maioria esmagadora dos casos permanece impune. A reportagem do *Guardian* destacou a falta de fiscalização e consultou ex-funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do ICMBio que declararam não haver recursos suficientes para realizar a fiscalização na região amazônica.

A Assembleia-Geral da ONU provocou mais uma enxurrada de reportagens sobre Jair Bolsonaro e a política que o seu governo vem aplicando no Brasil. O tom belicoso do seu discurso foi relatado por todos os grandes jornais. Entretanto, a postura com relação a outros países não foi o alvo de críticas,

mas, sim, a tentativa de negar a crise ambiental que atinge o Brasil. Apesar do cinismo, as estatísticas não são ignoradas pela imprensa estrangeira. A crítica feita ao cacique Raoni acabou gerando o efeito contrário, pelo menos nos jornais estrangeiros. Todos se dedicaram a detalhar quem é o cacique e qual é a sua luta. A trajetória foi comparada com a da youtuber indígena de direita, Ysani Kalapalo integrante da comitiva do presidente.

Durante o mês de setembro os jornais de diversas partes do mundo também deram destaque ao assassinato da menina Ágatha, de apenas oito anos morta por tiros disparados pela Polícia Militar. O posicionamento do governador Wilson Witzel, defendendo a política de segurança, foi confrontado pela análise de diferentes especialistas. O conservadorismo no Brasil foi notícia ainda em função da tentativa de censura à história em quadrinhos que continha um beijo gay e que estava sendo exposta na Bienal do Livro no Rio de Janeiro.

Por outro lado, o jornal francês *Le Monde* publicou entrevista com o ex-presidente Lula no dia 12 de setembro. A foto de Lula durante a entrevista estampou a capa do jornal junto da sua afirmação de que Bolsonaro é resultado de uma rejeição à política no Brasil. O ex-presidente foi questionado sobre qual seria a solução para a crise provocada pelos incêndios na Amazônia e respondeu que os brasileiros precisam se manifestar porque nada podem esperar de Jair Bolsonaro e seus ministros para que o problema seja resolvido. Lula também disse ao jornal que Jair Bolsonaro não faz outra coisa senão destruir o Brasil.

Bolsonaro na imprensa brasileira

Na mesma linha da imprensa internacional, os principais jornais brasileiros criticaram duramente o discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU, tanto em reportagens quanto em editoriais. Os principais argumentos são a incapacidade do atual governo de lidar com as demandas ambientais e de relacionar-se com a comunidade internacional, além do grande número de dados falsos utilizados pelo presidente brasileiro na ocasião.

O *Estado de S.Paulo* afirmou no editorial de 25 de

setembro, "Bolsonaro na ONU", que o presidente perdeu a oportunidade de corrigir o equívoco de hostilizar países e governos preocupados com a questão ambiental e a devastação da Amazônia. O jornal classificou o discurso como "ataque feroz contra um inimigo imaginário" (no caso o socialismo) e a favor da intolerância. E concluiu: "Bolsonaro, assim, erra em dobro: ao investir numa retórica antagonista, ameaça apartar o Brasil da sociedade das nações; e ao tratar de maneira leviana das questões ambientais, com as quais todos os que têm responsabilidade deveriam se preocupar, coloca em risco o futuro do país que governa. Tudo isso em nome de um ideário retrógrado e fantasioso".

O jornal *O Globo*, no editorial publicado no dia 30, "Ativismo climático ganha densidade na política global", critica governantes que persistem no negacionismo por conveniências políticas obscuran-

Morte de Ághata no Facebook

O debate sobre a morte da menina no Rio no Facebook teve como foco apontar quem seria o culpado: Ágatha, Witzel ou a Polícia Militar do Rio de Janeiro. Na análise geral dos usuários do Facebook

tistas. "Governos como o de Jair Bolsonaro precisam reconhecer que equacionar a relação entre a produção, o consumo e a conservação ambiental é caminho sem volta. Líderes políticos que não entenderem esse fato arriscam-se a ficar aplastados, atropelados pela História", afirma o texto.

A *Folha de S.Paulo* publicou na coluna de Marcelo Leite, no dia 29, "O presidente mente", inúmeras mentiras proferidas no discurso que levam a crer que o Brasil seria um dos países que mais protegem o ambiente.

Outro tema que desgastou o governo e foi amplamente noticiado no Brasil foi a morte da menina Ághata, no Rio. A *Folha* publicou em seu editorial "A morte de Ághata, no dia 24, que é impossível não associar a tragédia ao estímulo de autoridades, como o presidente da República e o governador do Rio, à violência policial. E menciona como efeito positivo a possível derrubada do pacote "anti-crime".

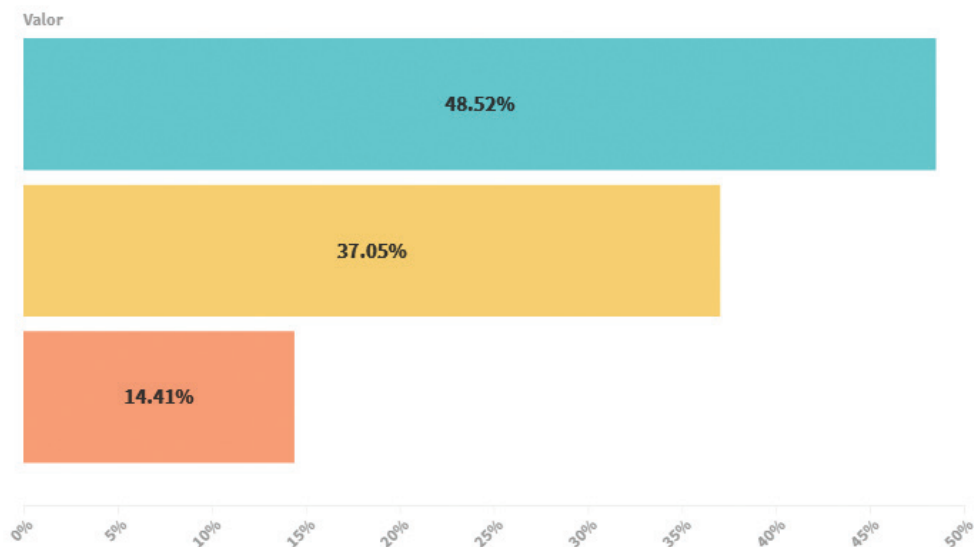
houve mais críticos ao Estado/PM (48,52%) do que defensores (37,05%).

No entanto, se analisada a disputa bandidos x polícia, a vitória do campo conservador é acachapante: quem questionará que os policiais são o lado corre-

Ágatha, PM e Witzel

No Facebook o principal debate é: quem é o culpado?

- Críticas ao Estado/PM
- Defesa da PM/Estado
- Menções sem juízo de valor sobre PM/Estado



to da história, quando confrontados com os “bandidos”? Nessa linha, um dos principais argumentos dos usuários bolsonaristas passa por defender a ação, argumentar que “mortes de inocentes irão ocorrer” e que parte das pessoas que acusam os policiais pela morte o fazem para defender os traficantes das regiões onde vivem.

A disputa segue e encontra resistência no questionamento “você acham que os verdadeiros bandidos estão no morro?”, que acaba por muitas vezes concatenando discussões, em uma linha que aproxima ambos os campos, movimento esse que se encerra quando questionado o “caráter seletivo” das “balas perdidas” que, segundo os usuários que criticam a PM/Witzel, acabam sempre por encontrar um corpo negro. Em contra-argumento, o campo em defesa da PM/Witzel afirma que é compreensível, visto que na favela existem mais pessoas negras.

Outros argumentos se fazem presentes, com destaque entre os que criticam o Estado/PM para: não entram atirando em bairros ricos; Witzel e Bolsonaro promovem política de extermínio contra os pobres, que vai desde a retirada de vacinas até o assassinato; e a política contra as drogas se esgotou.

Já entre os que defendem Witzel/PM, os argumentos partem da defesa dos policiais, como: não fazem esse tipo de manifestação quando PMs morrem; são os traficantes que atiram a esmo e acabam acertando inocentes; e a imprensa só lembra de falar dos policiais, e não dos traficantes.

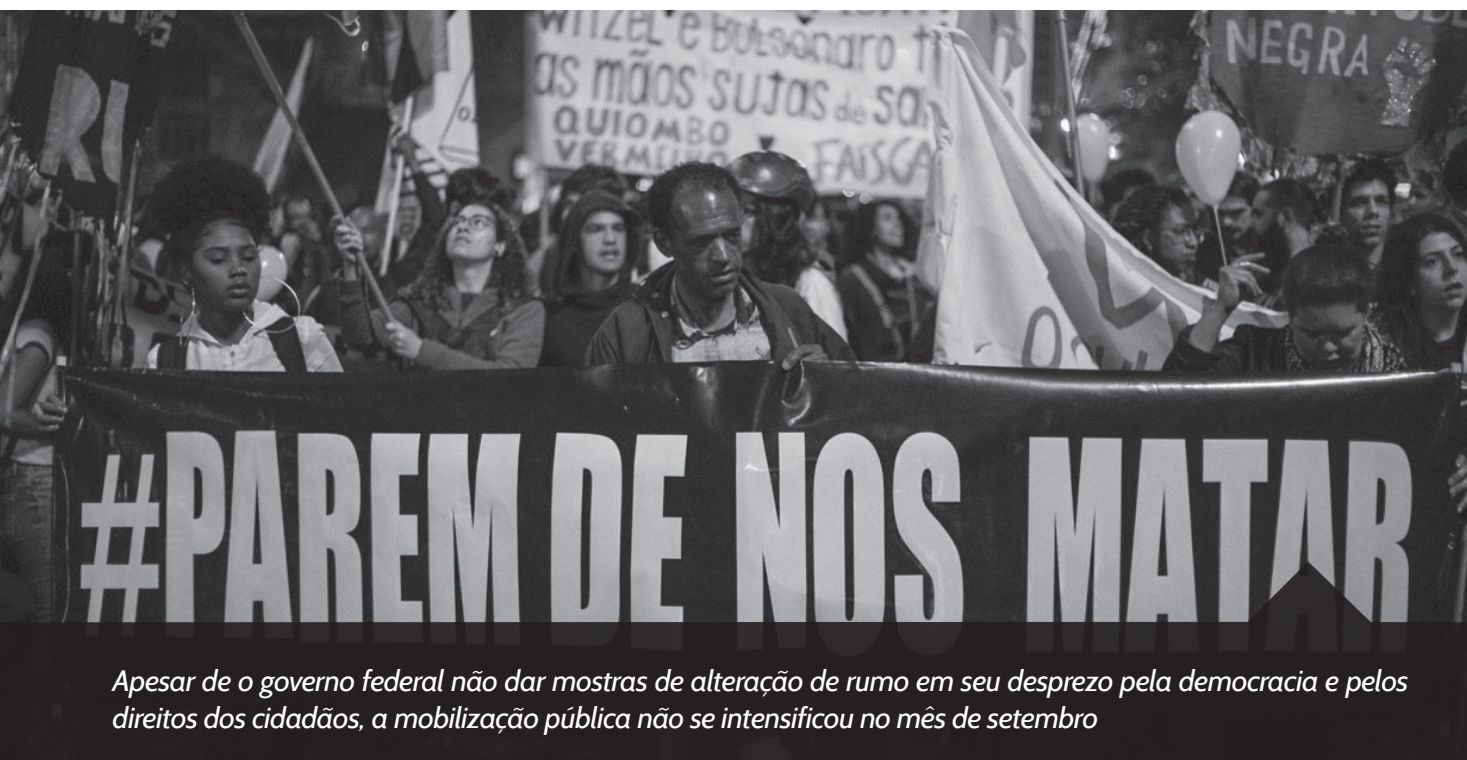
Em suma, a linha argumentativa da rede em apoio

ao Witzel/PM é já conhecida por seu *modus operandi*: a crítica ao governo Witzel/PM poderia ser derrubada usando uma mistura de exposição, entretenimento e indignação. A receita: ache um ponto fraco no segmento ou instituição à qual você se opõe - nesse caso os ataques contra a PM. Compile evidências que suportem seu ponto de vista particular - aqui, a já conhecida argumentação de que “a esquerda não se preocupa com os policiais mortos”. Elabore de um jeito que provoque a ira na audiência - por exemplo, os protagonistas seriam os policiais que defendem a população e os vilões aqueles que cobram respeito e direitos humanos, estimulando uma reação furiosa da esquerda progressista em defesa dos direitos humanos e uma contrarreação ainda mais forte da direita bolsonarista. Divulgue como sendo algo escandaloso, que a mídia tradicional não cobre e oculta por interesse próprio.

Os principais fatos que pautaram o noticiário nacional e internacional e as redes sociais online em setembro parecem reforçar o que já vinha sendo observado sobre a imagem de Bolsonaro nos últimos meses. Ao mesmo tempo que a radicalização de seu discurso reacionário e obscurantista consolida o apoio de seus fiéis eleitores, a imprensa tradicional que apoiou o golpe fica cada vez mais constrangida com a postura anti-democrática, contrária aos direitos humanos e à preservação do planeta declaradas abertamente pelo presidente da República.

Ainda assim, os mesmos veículos de comunicação manifestam apoio irrestrito e acrítico quando tratam das medidas econômicas adotadas pelo atual governo e seus trágicos efeitos para a população brasileira.

MOVIMENTOS SOCIAIS



Apesar de o governo federal não dar mostras de alteração de rumo em seu desprezo pela democracia e pelos direitos dos cidadãos, a mobilização pública não se intensificou no mês de setembro

Foto: Mídia Ninja

Mortes, queimadas, retirada de direitos e apatia

A mobilização pública dos movimentos sociais, a julgar pelo tamanho dos atos públicos, não se intensificou no mês de setembro. Isso a despeito de duas importantes agendas surgidas no período, ambas envoltas por características graves de ataques aos direitos da população e ao patrimônio nacional.

A Greve Global pelo Clima, de articulação internacional, não correspondeu às expectativas nas mobilizações realizadas dia 20. Embora a convocação tenha contado com o estímulo de organizações não-governamentais como Greenpeace e World Wild Fund, que, em tese, dialogam com setores médios da população não-engajados em movimentos sociais de raiz. Apesar das grandes queimadas florestais em território brasileiro nas semanas que antecederam os atos, a presença foi pequena em São Paulo e outras capitais.

Na semana seguinte, após a morte da menina Ágatha Félix, baleada por fuzil das forças de segurança do estado do Rio de Janeiro, os movimentos sociais que atuam em favelas chamaram o Ato Nacional Unificado por Ágatha Félix, pela Vida e contra o Genocídio Negro, no dia 27 de setembro, realizado em ao menos oito cidades. Este, com identificação so-

cial mais precisa, pode ter sua dimensão e impacto mais bem avaliados pelo fato de ter extrapolado os limites territoriais onde a violência de Estado se manifesta com maior frequência e organicidade. Trazer o tema da perseguição aos negros e populações periféricas para perto das pessoas que não vivem essa realidade foi uma ousadia e uma provocação às consciências.

Enquanto isso, as políticas de desprezo e ataque à população continuam se manifestando de diferentes formas. Se a aparente indiferença de parte da sociedade no tocante a temas aparentemente distantes do cotidiano das pessoas – privatizações, mudanças de orientação na política externa, ódio pela demarcação de terras indígenas, desmonte de políticas de fomento à cultura, intervenção e perseguição ideológica nas universidades federais, entre outros – pode, num primeiro momento, ser compreendida, é mais difícil digerir a apatia quando vêm a público anúncios como corte de vacinas e medicamentos na rede pública ou quando a frustração de promessas materializa-se no desemprego crescente e na queda da renda.

Quanto à violência, tanto a ilegal quanto a legal, é

necessário destacar que a política de força e morte sobre populações periféricas conta com apoio nada desprezível da opinião pública. Na última semana de setembro, monitoramento de redes realizado por equipe da Agência PT mostrou que de doze mil postagens no Facebook analisadas desde o dia do assassinato, 37% eram de defesa da ação da polícia militar e do Estado e 14,4% mostraram-se neutras, sem críticas ou elogios. Somados, o apoio e a omissão superam as 48,5% das menções compostas de críticas à política oficial de morte. Em enquete aberta na internet, o jornal carioca *O Dia* perguntava, na segunda, 23, se o leitor apoiava ou não a política de segurança do governador Wilson Witzel. 74% afirmaram que sim – a despeito da possibilidade de ação de milícias digitais a inflar o resultado, o índice não deixa de trazer inquietações.

O capítulo segurança pública permanece um campo favorável às abordagens conservadoras, racistas e punitivistas e segue reclamando por uma intervenção propositiva mais eficaz e factível por parte das forças progressistas e de esquerda.

Estado sob fogo

Após pelo menos duas décadas em que setores políticos e mídia insistem que o tamanho do Estado brasileiro e o número de servidores públicos são problemas estruturais do país e um entrave ao desenvolvimento, o atual governo federal e assemelhados nos estados trafegam com tranquilidade pela via do desmonte, inflados por uma opinião pública a favor dessa opção ou narcotizada pela desinformação.

O governo federal não apenas anuncia com pompa a liquidação de parte significativa do patrimônio público, incluindo empresas estatais estratégicas como Petrobras e Eletrobras. Agora, neste exato momento, atitudes práticas vão desarticulando serviços públicos essenciais para a maioria da população.

Se, como destacado pela filósofa Marilena Chauí em recente encontro realizado pela Fundação Perseu Abramo, o estágio atual do capitalismo pressupõe a retirada de direitos e a transformação destes em mercadorias à disposição no mercado privado, o golpe de 2016 vai confirmando seus pressupos-

tos maiores à medida que o congelamento de gastos por vinte anos, determinado por emenda constitucional aprovada no final daquele ano, mostra seus efeitos práticos.

Os cortes orçamentários não são apenas medidas fiscais de emergência. Têm e terão o efeito de extinguir serviços públicos, como denunciado durante audiência pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, em Brasília, no final de setembro.

Convocada para debater e solicitar providências a respeito de inúmeros entraves e perseguições à atividade sindical no setor público – levadas a cabo não só pelo governo central, e sim reproduzidas por outros poderes nas instâncias estaduais e municipais – a audiência trouxe a público relatos de ocorrências localizadas que dão uma medida da atmosfera de perseguição a mecanismos e ferramentas constitutivos da democracia.

Em maio, o presidente do Tribunal de Justiça de Tocantins abriu processo e pediu prisão de dirigentes sindicais por suposta incitação à violência cometida durante ato público. A incitação teria se dado, segundo o juiz, pela presença de um caixão cênico utilizado na mobilização, realizada diante do tribunal. Os trabalhadores públicos do Poder Judiciário, por sinal, vivem a particularidade de ter suas greves e mobilizações julgadas pelos seus patrões, segundo destacado por lideranças presentes à audiência. Um dos casos relatados é o de dirigente sindical multado em um milhão de reais por ter liderado greve – a multa não foi imposta ao sindicato, mas à pessoa física do dirigente.

A pressão econômica também se dá na via oposta, com órgãos públicos dificultando aos sindicatos o recebimento de mensalidades voluntárias. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) denunciou que há entidades filiadas sem receber as contribuições há mais de três meses, embora a medida provisória 873/19, adotada pelo atual governo com essa finalidade, não esteja mais em vigor. Foram relatadas também perseguições à atividade sindical como o confisco de celulares de dirigentes, interrupção de reuniões e assembleias com a ajuda de forças de segurança

e a recusa de autoridades públicas de se reunirem com sindicatos para debater pautas e ouvir sugestões. A mesma Fasubra, por exemplo, afirma estar há nove meses solicitando audiência com o ministro da Educação, sem sucesso.

Diante desse quadro, o conjunto de entidades sindicais do funcionalismo, além de ter solicitado apoio à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, insiste junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que o governo brasileiro seja denunciado internacionalmente pelo não-cumprimento da Convenção 151, que garante negociação coletiva no serviço público e da qual o Brasil é signatário.

“Há pessoas que usam seu cargo e o poder que lhe conferem para fazer o que bem querem. Essa atitude está longe dos valores liberais que dizem professar. Essas pessoas vão testando seus limites”, afirmou Sandro Alex de Oliveira Cezar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS). “E nós, servidores, somos a resistência a isso. Por isso nos perseguem. Se não acabarem conosco, não terão paz”, completou.

Durante a audiência, solicitada pela seção brasileira da Internacional de Serviços Públicos (ISP), o deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS), titular da Comissão, destacou ainda a proposta de reforma administrativa defendida pelo governo e os ataques já em curso, como a intervenção nas universidades federais e na Polícia Federal. “Estamos em pleno caminho para um Estado totalitário que, para se constituir

como tal, precisa destruir o serviço público. Precisamos dizer à população que não se trata apenas de Bolsonaro. É um projeto antidemocrático para acabar com os direitos da população”.

“O que temos em curso é o desmonte de políticas que são fundamentais para a busca e a manutenção da equidade”, lembrou a deputada Érika Kokay (PT-DF), também titular da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. “Vimos aqui que em certos estados da nação existe a proposta de extinção de comarcas do Poder Judiciário”, exemplificou a parlamentar. “Precisamos mostrar para a população que a culpa pela má qualidade dos serviços públicos não é dos servidores”. Na opinião da parlamentar, o ataque aos sindicatos não é um fim em si mesmo. “É o meio para atacar o Estado de Direito, que não existe plenamente sem o direito de se organizar sindicalmente. Estamos vivendo um Estado de exceção”, criticou.

Previdência

No dia 30 de setembro, as centrais sindicais enviaram nota ao Senado solicitando a suspensão da tramitação da chamada reforma da Previdência. No texto, as entidades argumentam que não bastassem as projeções de uma catástrofe social caso o projeto seja aprovado, há o recente estudo da Unicamp que coloca em xeque os números apresentados pelo governo para justificar as mudanças, suspeitos de fraude.



F U N D A Ç Ã O

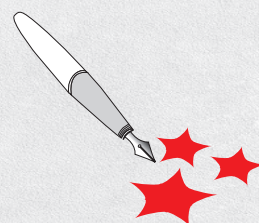
Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: William Nozaki. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 30 de setembro de 2019. Foto da capa: Mídia Ninja

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br